

O ESTADO DO TOCANTINS: REINTERPRETAÇÃO DE UM ESPAÇO DE FRONTEIRA*

Cesar Ajara (coordenador)**
Adma Hamam de Figueiredo**
Vera Maria d'Ávila C. Bezerra**
Jaci Gelabert Barbosa***

APRESENTAÇÃO

Dominada por atividades espacialmente difusas, a organização espacial do Tocantins revela o movimento histórico de incorporação de seu território na contemporaneidade da fronteira de recursos do País. Nesta última, ela constitui uma área pioneira de acesso à Amazônia e que, embora conte com cerca de 30 anos de efetiva ligação com o Centro-sul, defronta-se, ainda hoje, com sérios entraves à sua própria expansão econômica.

De modo geral, o reconhecimento das diferenciações espaciais que se desdobram no interior do atual Estado do Tocantins per-

maneceu acobertado por uma compreensão do antigo norte goiano: um grande "bolsão de miséria" deslocado e distante do processo de modernização agrícola que dinamizou grande parte do território goiano, nas últimas décadas.

Com uma visão analítica construída a partir da estrutura espacial desse Goiás modernizado, o conhecimento do território tocantinense contingenciava-se, assim, pelo seu evidente descompasso socioeconômico *vis-à-vis* à realidade presente em grande parte do estado.

Além disso, a análise das transformações ocorridas ao longo do eixo da Belém-Brasília e/ou a inserção do Tocantins na Amazônia Oriental sobrepunha-se, também, a uma compreensão mais ampla das articulações ocorridas no interior de seu território, cuja dinâmi-

* Recebido para publicação em 27 de dezembro de 1990.

** Analistas Especializados em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

*** Analista Especializada em Sociologia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Colaboraram como pesquisadora a geógrafa Suzi de Mattos e, como apoio técnico, Ângelo Jorge Ferreira Pereira da Silva, Edna Oliveira Barreto, Regina Rodrigues Barbosa de Oliveira e Marina Marques do Cabo no processamento do texto final.

ca espacial era entendida, unilateralmente, a partir de suas relações externas com o Centro-sul, o Norte e o Nordeste.

A constituição do novo estado chamou atenção, contudo, para a necessidade de um conhecimento renovado de uma região que encontrava uma identidade política e como tal precisava de ser reinterpretada à luz dessa nova realidade.

Embora não constitua objeto de análise, a separação política ocorrida em 01/01/89 revelou que, mais do que a expressão espontânea de um anseio separatista de sua população, ela serviu à legitimação das elites regionais que, constituídas em grande parte por goianos e mineiros ligados a interesses pecuaristas, têm marcadas diferenças com relação à população empobrecida de origem nordestina e mineira que habita o novo estado.

É nesse contexto que se pretende inserir o presente trabalho, tendo em vista que o Tocantins enseja também a oportunidade de se aprofundar o estudo dos espaços em consolidação na fronteira de recursos do País, uma das linhas de investigação ora desenvolvida no Departamento de Geografia da Fundação IBGE.

Baseada em viagem de reconhecimento realizada em abril de 1989, além de fonte bibliográfica e dados secundários disponíveis acerca desta região, este estudo abordou os grandes eixos que encaminharam a ocupação do atual estado. Contemplaram-se, assim, o acesso e o uso da terra, o contingenciamento ambiental, a expansão produtiva e a instrumentalização do território, ocorridos dentro de um contexto socioeconômico marcado pela pobreza de uma população crescentemente concentrada em núcleos urbanos.

A interpretação sintética de tais análises aparece diferenciada na organização espacial do Tocantins apresentada ao final do trabalho, cujo entendimento passa pela contextualização mais ampla desse novo recorte político dentro daquelas áreas do território brasileiro em processo de consolidação de sua estrutura espacial.

Finalmente, cabe lembrar que durante a viagem de reconhecimento pôde-se captar o movimento de formação do novo estado, que nesse período havia implantado sua capital provisória em Miracema do Tocantins, onde foram realizadas inúmeras entrevistas

junto ao governo do estado, além de órgãos e instituições oficiais. Nesses contatos evidenciou-se o discurso privatizante de um governo que busca superar a crônica falta de recursos públicos destinados à região, pela concessão de estímulos e benefícios à iniciativa privada a quem se pretende delegar a condução do processo geral de ocupação-modernização do novo estado, incluída aí a construção da capital definitiva, Palmas, a implantação da infra-estrutura viária, a geração e a distribuição de energia.

Representantes de entidades e associações da sociedade civil foram entrevistados notadamente nas cidades de Gurupi, Formoso do Araguaia, Porto Nacional, Araguaína e Tocantinópolis, dentre os quais se destacavam, pelo conteúdo crítico das informações prestadas, a Igreja, a Pastoral da Terra e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, representativos dos segmentos sociais envolvidos na disputa pela terra no estado. Procuraram-se, também, por outro lado, aqueles agentes indutores da dinâmica capitalista do Centro-sul, como as cooperativas, os grandes projetos agropecuários e as instituições de crédito e financiamento que atuam, crescentemente, com estratégias articuladas em escala nacional.

Nesta oportunidade, cabe ressaltar que o apoio e os depoimentos obtidos na Delegacia de Estatística de Goiás e nas Agências Municipais de Estatística da Fundação IBGE sediadas no Tocantins¹ foram fator relevante para a efetivação de todo o roteiro planejado, numa viagem que, iniciada em Goiânia, buscou também o conhecimento acadêmico aí acumulado, além da percepção político-institucional repassada pela administração do estado ao qual esteve ligado, até bem pouco tempo, o território tocantinense.

O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO E O ATRASO SOCIAL NO NORTE GOIANO

Se no processo de incorporação de áreas à fronteira de recursos do País ocorrido nas três últimas décadas o Tocantins constitui

¹ Visitou-se, também como ponto final da viagem, a cidade de Imperatriz, no Maranhão, uma vez que ela exerce grande influência sobre todo o norte-tocantinense. Nessa ocasião, contou-se, também, com a valiosa colaboração da Agência Municipal de Estatística aí sediada.

um espaço de expansão pioneira, contingenciado pela abertura nessa área da BR-153, Belém-Brasília, sua inserção histórica no movimento de ocupação do interior do território brasileiro ocorreu, no entanto, tardiamente, de forma descontínua e marginal.

Com efeito, o povoamento do Tocantins foi tardio se comparado à ocupação das regiões interioranas do Brasil-Colônia, refletindo a retaguarda das grandes correntes povoadoras do Século XVIII induzidas pela mineração, em um primeiro momento, e pela pecuária, em momento subsequente.

A ocupação circunstancial característica de uma atividade assentada na descoberta de aluviões auríferos forjou o caráter descontínuo de seu povoamento, marcado, ademais, pelo trabalho missionário nesse período que, ao fundar aldeamentos indígenas, articulava também a ocupação deste território, criando condições para a formação de alguns núcleos urbanos. Dentre esses, destacou-se a cidade de Peixe às margens do rio Tocantins, que se tornou passagem obrigatória de bandeiras oriundas do sul em busca de garimpos no norte goiano.

Remonta ao período aurífero a criação, ainda no Século XVIII, da Capitania de Goiás, dividida administrativamente em duas comarcas, dada a enorme distância que separava as áreas de garimpo. Tal divisão oficializava, assim, desde a criação, a dissociação entre o norte e o sul de Goiás, aprofundada posteriormente pelo próprio descompasso verificado no crescimento econômico entre elas².

Introduzida inicialmente como elemento complementar à mineração, à qual servia como meio de transporte, alimentação e vestuário, a pecuária expandia-se no refluxo naquela atividade reforçada por uma frente pecuarista proveniente do Maranhão, de onde se deslocaram pequenos criadores de gado, no sentido oeste, à procura de melhores pastagens. Tal frente deu origem, ainda no Século XIX, a alguns núcleos como Porto Nacional, Dianópolis, Pedro Afonso, Araguacema e Miracema do Norte.

Simultaneamente, uma frente agrícola maranhense se propagava no sentido norte do Tocantins, em progressivo movimento em direção ao Pará. De modo efetivo foi se intensificando a ocupação do norte deste território recoberto à época pela mata de babaçu,

além de grandes manchas da mata características das zonas de tensão ecológica da Pré-Amazônia. Aí se desenvolveu em pequenos sítios uma produção fundamentalmente de substância que tinha na rizicultura, no extremo norte, e no extrativismo da madeira e do babaçu, mais ao sul, o suporte comercial. Enquanto isto, outra corrente de ocupação se firmava em direção ao sudeste do Tocantins, proveniente de uma frente garimpeira de maranhenses e piauienses, atraídos pela descoberta do cristal de rocha na região de Cristalândia, Pium e Duerê.

Ao longo do tempo, diferentes relações foram se estabelecendo neste território quando os veios auríferos se exauriram, interrompendo o comércio com a metrópole e a pecuária e o extrativismo vegetal firmaram outros fluxos comerciais no sentido Norte e Nordeste do País.

Em meados da década de 60, o avanço da fronteira econômica, mediatizado pela abertura da Belém-Brasília, alterou em profundidade a frágil estrutura socioeconômica vigente, impondo novas relações com o Sudeste, afora as já estabelecidas com o Nordeste e o Norte do País.

Segundo Becker (1979), no norte de Goiás a expansão da fronteira se iniciou ainda na década de 50 "com a perspectiva da chegada da estrada, acentuando-se nos anos 60 com a conclusão da rodovia. Corresponde esse período à fase de abertura da região sob o processo de acumulação primitiva, caracterizando-se por unidades de produção e padrões de interação de pequena escala, representados por pequenas posses, com lavouras de subsistência (especialmente o arroz) e fazendas de gado de mineiros e goianos".

Além disso, essa rodovia e a abertura de vias transversais a partir dela redirecionaram e incentivaram a movimentação do excedente de mão-de-obra nordestina, notadamente maranhense, no sentido da fronteira amazônica, impondo um novo ritmo aos movimentos populacionais, até então verificados no norte de Goiás.

O caráter indutor da Belém-Brasília possibilitou a implantação e o crescimento de inúmeros núcleos urbanos, fundamentando a estruturação da rede urbana no Tocantins.

² Embora não seja objetivo deste trabalho focalizar o aprofundamento posterior dessas diferenças, cabe registrar que elas estão, de fato, na raiz da divisão de Goiás, ocorrida em um momento político em que a Região de Tocantins representava um "encargo social" pesado para a porção meridional modernizada do estado, ao mesmo tempo em que constituía uma base territorial, em consolidação, que servia à legitimação política de grupos hegemônicos estabelecidos em sua porção setentrional.

Áreas até então fracamente ocupadas tiveram sua estrutura produtiva alterada afetando a composição da mão-de-obra empregada, como também absorvendo inovações diversas introduzidas por empreendimentos públicos e privados voltados para mercados extra-regionais já consolidados. Os antigos sistemas de roças, o extrativismo vegetal, a pecuária em sistema comunal foram sendo desmantelados pela dinâmica capitalista no campo, projetando a incorporação privada da terra pela expansão de grandes estabelecimentos rurais e a adoção do trabalho assalariado em substituição às formas tradicionais de relação de trabalho.

Com uma estrutura produtiva assentada crescentemente na pecuária extensiva pouco absorvedora de mão-de-obra, a desorganização da economia tradicional quase sempre implicava o agravamento das condições econômicas e sociais da antiga população residente, como também daquela que para lá ocorreu na década de 60.

Nesse contexto, o impacto social proveniente do processo de incorporação do Tocantins à economia de mercado se mostrou mais intenso na sua porção norte, particularmente naqueles municípios localizados junto às áreas de expansão das empresas agropecuárias, próximo ao eixo da Belém-Brasília, que tiveram neste período significativo crescimento da população rural. Associado ao trabalho de derrubada da mata para formação de pasto, o emprego desta mão-de-obra decrescia logo após o término dessa tarefa, liberando trabalhadores para uma nova etapa migratória. Durante as décadas de 70 e 80 os Municípios de Arapoema, Couto Magalhães, Colméia, Presidente Kennedy, próximos a Araguaína, tiveram duplicada sua população rural. Além do nordeste tocantinense, outras áreas conheceram, também, um aumento da mão-de-obra empregada no setor rural acima da média do estado (Mapa 1), em um contexto característico da fronteira, de amplo domínio da atividade rural.

A distribuição espacial da população no estado, como um todo, indica que, nesse período, o Tocantins, acompanhando o padrão demográfico verificado no Centro-Oeste, teve a participação de sua população rural reduzida de 75,3%, em 1970, para 60,3%,

em 1980, enquanto em termos de população total passava de 509 289 habitantes, em 1970, para 738 884, dez anos depois. Além disso, o contingente urbano apresentou um crescimento bastante vigoroso, de cerca de 126% no período 70/80, se comparado ao calculado para a população rural, no mesmo período, sustentado em razão do seu próprio crescimento vegetativo, em 14%. Essa transformação não significa a existência de melhores condições de vida na área urbana, mas, ao contrário, a presença de fatores expulsivos nas áreas de origem que obrigam a população rural a se deslocar.

O fenômeno urbano reflete, assim, não somente a situação específica desse segmento espacial, como também aquela ligada às próprias condições do campo e que acabam se manifestando no contexto urbano. Nesse sentido, nas cidades se cristaliza a pobreza em que vive grande parte da população tocantinense revelada, entre outros, nos indicadores de qualidade de vida como aqueles referentes às condições habitacionais, aqui incluídos o tipo de domicílio e os aspectos ligados ao abastecimento de água e às instalações sanitárias.

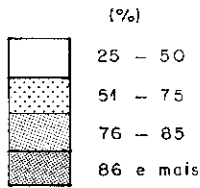
Em 1980 havia no Tocantins cerca de 135 000 domicílios particulares, dos quais 46% eram rústicos, isto é, tinham como característica a extrema precariedade da construção, na qual predominava o piso de terra batida e a cobertura e paredes de taipa.

O padrão de construção dos domicílios reflete a própria condição de vida da população, em sua maioria com fracas possibilidades de aquisição de material de construção que atenda ao padrão mínimo de durabilidade e à condição de abrigo. A urbanização, intensificada nas últimas décadas, primordialmente como resultado da migração rural-urbana, foi agravadora da questão social. Com efeito, nesse processo parte expressiva da população do campo teve sua terra usurpada pela grilagem, seja para reserva de valor, seja para implantação de pasto, fazendo com que, após a expulsão do campo, buscasse alternativas de sobrevivência e se aglomerasse em núcleos, configurando uma urbanização dissociada de condições qualitativas, como demonstra o Mapa 2 referente às condições dos domicílios³. Motivada pela necessi-

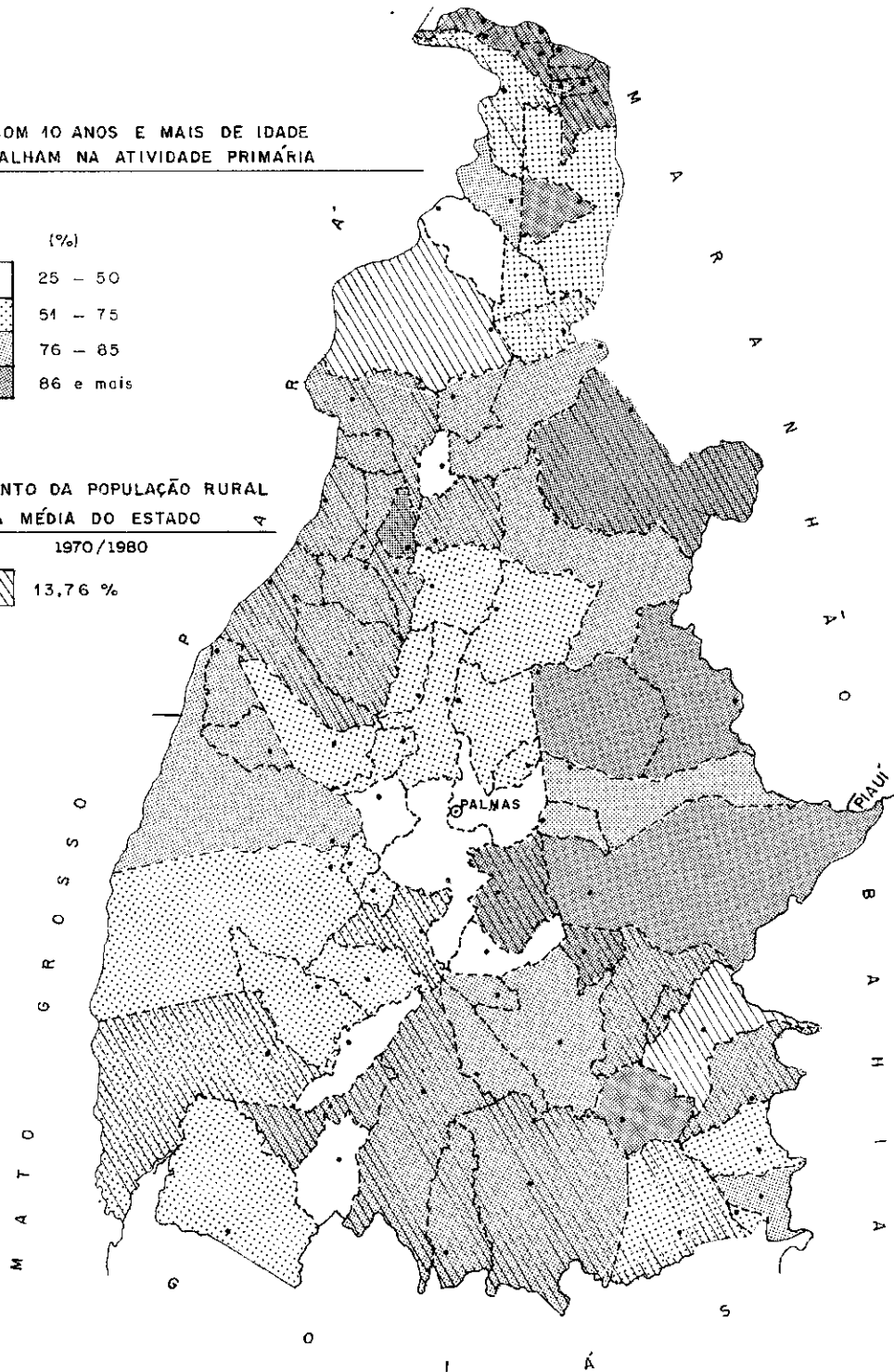
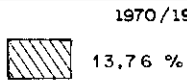
³ A classificação das condições domiciliares foi baseada na estratificação dos municípios, segundo característica de infra-estrutura (escoamento sanitário, abastecimento d'água e iluminação elétrica) e sócio-econômicas (rendimento médio familiar e tipo de construção do domicílio). Tais variáveis foram agrupadas em estratos com a homogeneidade avaliada pelo coeficiente de variação, ao qual se convencionou peso correspondente. Assim, pela contagem dos pesos foi possível compor uma tipologia dos municípios, segundo a hierarquia encontrada.

MAPA 1 CONCENTRAÇÃO DO TRABALHO NA ATIVIDADE RURAL 1980

PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE
QUE TRABALHAM NA ATIVIDADE PRIMÁRIA



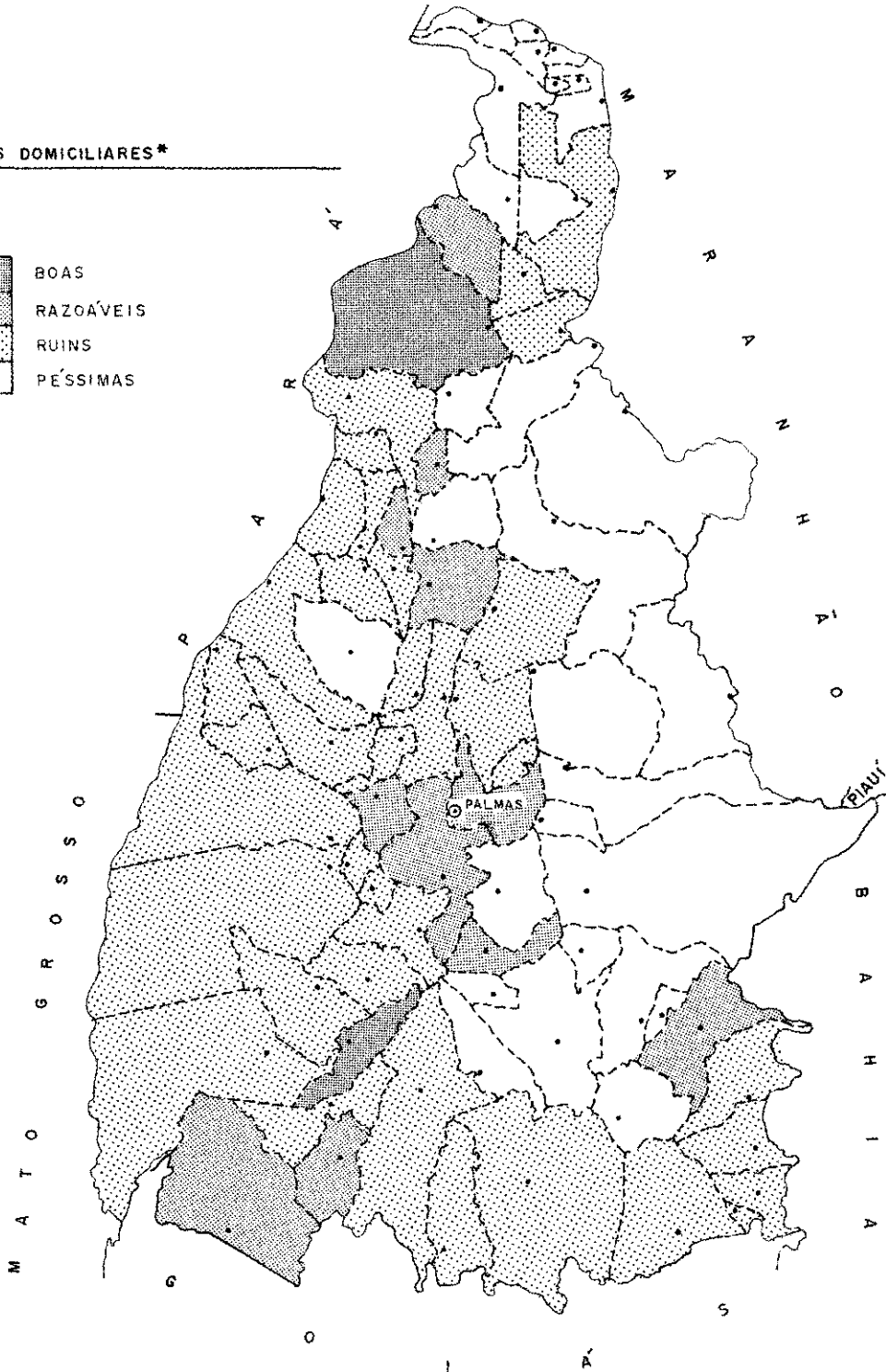
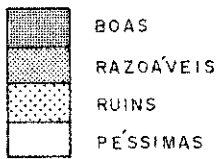
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL
ACIMA DA MÉDIA DO ESTADO



ESCALA APROXIMADA 1:5000000
FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO, 1980

MAPA 2 CONDIÇÕES DOMICILIARES 1980

CONDIÇÕES DOMICILIARES*



ESCALA APROXIMADA 1:5000.000

FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO, 1980

* Ver nota de referência (2).

dade de ajuda mútua, de defesa e de abastecimento, a própria comunidade se encarrega de resolver os problemas causados pela transferência de moradia, através de "soluções" compatíveis com o interesse coletivo mais imediato e passa a fazer a autoprovisão da infra-estrutura incipiente, abrindo vias, aterrando, abastecendo-se de água ou adotando alternativas para a eliminação dos dejetos. Desse modo, pode-se questionar a "urbanização" através da difusão do padrão habitacional precário e do acesso aos "serviços urbanos".

Segundo informações censitárias de 1980, a forma mais usual de abastecimento de água é através de solução individualizada, com 70% dos domicílios do Tocantins utilizando poço ou nascente e 60% não possuindo qualquer tipo de escoadouro. Para eliminação dos dejetos o recurso utilizado em 27% dos domicílios é a fossa rudimentar, que constitui verdadeira vala negra de escoamento direto para os rios.

A provisão dos serviços públicos à população é inexpressiva, com o atendimento de rede de água atingindo a 9% e o de energia elétrica 15% dos domicílios do estado.

Nesse contexto, os centros mais antigos, já deficientes do sistema de abastecimento de água, tiveram agravado o problema de instalação sanitária, enquanto nos novos centros urbanos a omissão pública foi o fato corrente, nesse setor. No Tocantins, em aproximadamente 13 000 domicílios servidos por rede de água, apenas 6% dispunham de água encanada. No que diz respeito à instalação sanitária, a fossa séptica é adotada em apenas 2,8% dos domicílios tocaninenses.

Reflexo da ausência do poder público no provisionamento de bens de consumo coletivo nas áreas de ocupação mais recente do antigo Estado de Goiás, as condições gerais de habitação e saneamento são apenas uma das manifestações mais evidentes da pobreza aí presente, que se revela, ademais, nos setores básicos de saúde e educação.

Com efeito, a precária condição de saneamento agrava a situação da saúde no Tocantins, que tem na subnutrição a causa primeira das doenças que afligem seus habitantes. A deficitária rede de assistência médico-hospitalar, que se torna aguda na zona rural, concorre, a seu turno, para que, ainda em 1985, a taxa de mortalidade infantil atingisse

31,5% em Porto Nacional, 27,5% em Xambioá, 19,0% em Gurupi e 16,1% em Monte do Carmo, o que dá uma dimensão da situação dramática encontrada nesse setor.

Por outro lado, a própria dinâmica populacional das áreas submetidas a um processo intenso de migração, como os garimpos, que mantêm uma população em constante movimento, constitui, atualmente, foco de transmissão de doenças infecto-contagiosas, dentre as quais sobressai a malária, trazida, em grande parte, de garimpos paraenses e que se encontra em escalada crescente no território do Tocantins.

Não menos preocupante do que a situação da saúde, um outro indicativo do atraso social em que vive grande maioria da população no novo estado é, entre outros, o elevado índice de analfabetismo, a concentração maciça da população estudantil na 1ª série, a evasão escolar e a elevada taxa de reprovação nas séries iniciais, que sinalizam as péssimas condições educacionais aí presentes.

O fato de as escolas de apenas uma sala de aula representarem, ainda em 1987, cerca de 70% do total de estabelecimentos de ensino no estado dá bem a dimensão da grave situação em que se encontra a infra-estrutura educacional no Tocantins, dentro de um quadro que se torna especialmente caótico no espaço rural.

Em 1980, o Estado do Tocantins apresentava 51,2% de um total de 609 234 habitantes de cinco anos e mais, que não sabia ler e escrever. Nesse ano, enquanto no campo registrava-se apenas 39,8% de alfabetizados acima de cinco anos, nas cidades esse percentual aumentava para 61,7%, denotando melhores condições de acesso à escola.

Reflexo de interações socioeconômicas forjadas no curso do processo de incorporação do território tocaninense à fronteira do País, os indicadores representativos da pobreza em que vive esta população encaminham a análise para a compreensão de tal processo. Este, conduzido fundamentalmente pela atividade rural, reconsidera, hoje em dia, até mesmo o sentido da pobreza vista não mais como legado de forças tradicionais, mas, ao contrário, como resultado de uma dinâmica associada a um novo padrão agrário projetado, crescentemente, em escala nacional.

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA CONDUZ O PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO DO ESPAÇO

O conhecimento da realidade socioeconômica do Estado do Tocantins passa pela apreensão do processo mais amplo de incorporação de seu território à fronteira capitalista. Nesse processo, a atividade agropecuária assume um papel de ponta na expansão, redefinição e/ou consolidação dessa fronteira, gestando uma problemática na qual sobressaem distorções de ordem estrutural que afetam a dinâmica econômica do estado.

O território correspondente ao atual Estado do Tocantins apresentou profundas transformações no seu espaço geográfico a partir da abertura da Belém-Brasília (BR-153) em meados da década de 50.

A construção dessa rodovia repercutiu, de imediato, na intensificação do fluxo de migrantes maranhenses que já vinham se deslocando, desde a década anterior, num movimento expansionista das frentes extrativista, pastoril e agrícola, e ocupando de modo rarefeito a área do Tocantins-Araguaia.

Mais do que o incremento populacional⁴, essa rodovia alterou, em grande parte, o sentido "espontâneo" das frentes de expansão. A migração, agora também de goianos, mineiros e paulistas, não mais ocorria como um extravasamento de atividades extensivas. Ao contrário, ela projetava a privatização da terra e a mercantilização da economia regional, ocorridas com o avanço da fronteira agrícola.

O traçado da rodovia acentuou o sentido longitudinal da conformação geográfica do estado, transmitido naturalmente pelo curso dos rios Araguaia e Tocantins, principais vias de penetração até a abertura desta estrada. A localização de inúmeros núcleos urbanos à margem da Belém-Brasília e os diferentes níveis de crescimento alcançados posteriormente pela porção ocidental e oriental do território tocantinense expressam a sua força na estruturação espacial do estado.

Ao alterar as condições de acessibilidade, a rodovia Belém-Brasília, juntamente com

os incentivos fiscais e creditícios implementados ainda na década de 60, conduziu a uma expansão significativa da área dos estabelecimentos rurais, que chegou ao final dessa década a alcançar 11 540 372 ha, que representavam 39,9% da área do atual Estado do Tocantins. Na década seguinte, o ritmo de incorporação de terras continuava ainda bastante vigoroso, chegando, em 1980, a cobrir 65,0% do norte goiano, atingindo as unidades produtivas uma área de 18 667 625 ha.

Embora com vastas extensões de terras deixadas ociosas num contexto especulativo, resultante da apropriação de glebas em rápida valorização adquiridas com incentivos oficiais, ao final da década de 70 o avanço da fronteira agrícola já havia expandido a área dos estabelecimentos rurais a níveis superiores a 60% da área total da maioria dos municípios tocantinenses (Mapa 3)⁵.

A expansão dos estabelecimentos rurais revela, *grosso modo*, que em 1980 a fronteira havia avançado de maneira mais acentuada no sudoeste, notadamente no interflúvio Araguaia-Tocantins e no extremo norte goiano. Nessas áreas, o processo de apropriação de terras foi facilitado pela política oficial de incentivo fiscal e crédito subsidiado implantada a partir de meados dos anos 60, que induziu a expansão da grande propriedade em determinados segmentos espaciais da fronteira. Já nos municípios da faixa oriental, apesar do povoamento mais antigo, ligado a uma atividade mineradora inicial que regrediu para uma economia agrícola basicamente de subsistência, a fronteira aparece, ainda em 1980, em expansão.

O avanço da fronteira agrícola, se trouxe a ampliação da área produtiva e a incorporação do norte goiano à economia de mercado, representou, também, a origem dos problemas fundiários que acirram regionalmente as contradições sociais, demandando do poder público atenção especial à legalização das terras.

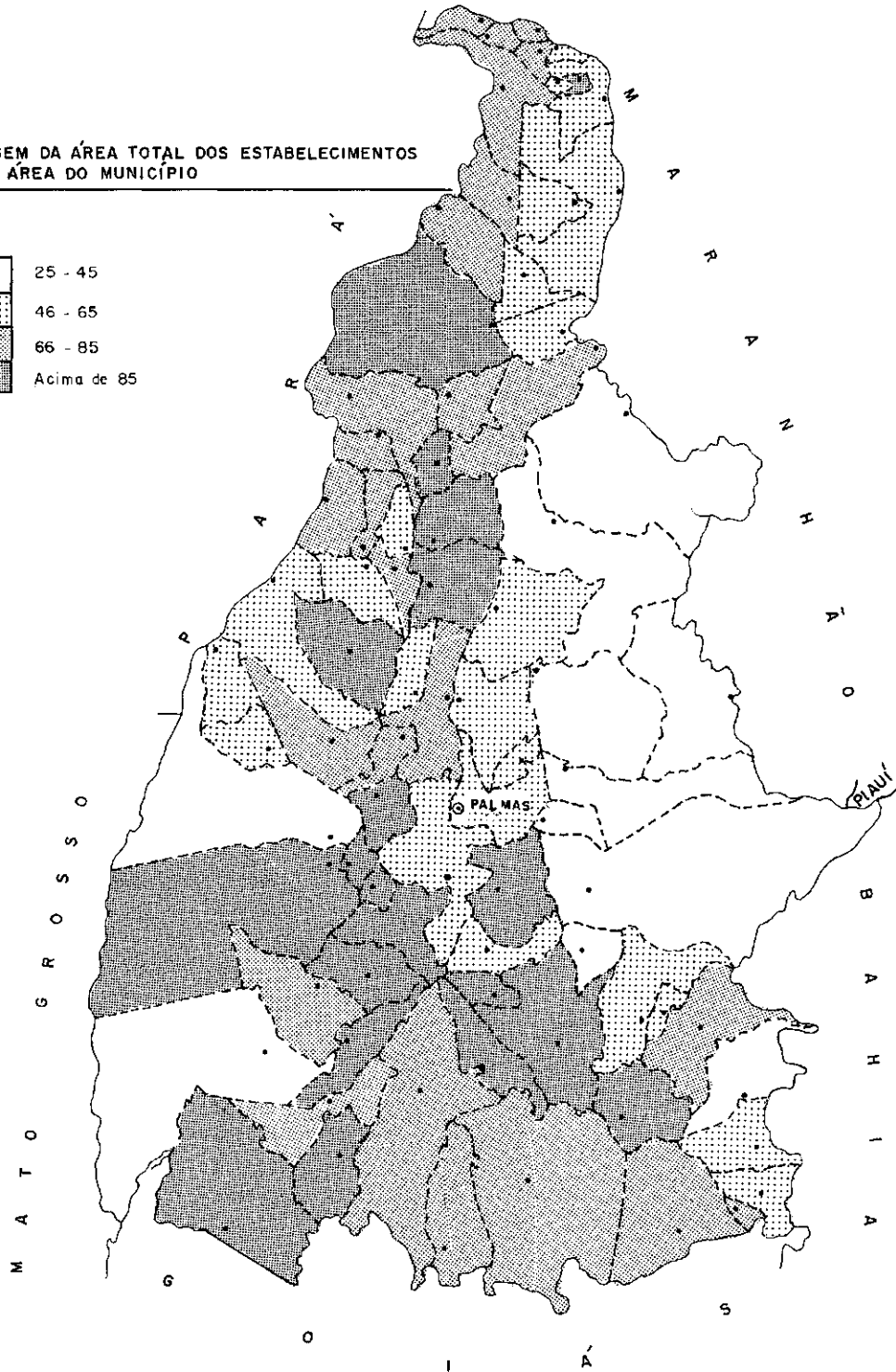
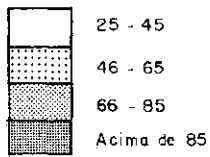
Com efeito, o processo de regularização fundiária assume uma dimensão social crítica no Tocantins, quando se observa que, ainda em 1980, um terço de seus produtores não possuía a titulação de suas terras, o que facilitou toda sorte de especulação e de práticas ilegais (grilagem) em torno da posse desse meio de produção.

⁴ O norte de Goiás conheceu entre 1960-1970 um incremento populacional de 63,1%, passando de 319 514 para 521 139 habitantes. Este ritmo decresceu na década seguinte para 41,7%, chegando a 1980 com uma população total de 788 884 habitantes.

⁵ Ao possuir grande parte de suas terras na Reserva Indígena da Ilha do Bananal, a significativa expansão dos estabelecimentos rurais ocorrida ao final dos anos 70 em Formoso do Araguaia e Plum não chegou a representar parcela expressiva da área dos municípios.

MAPA 3 GRAU DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL 1980

PERCENTAGEM DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS NA ÁREA DO MUNICÍPIO



ESCALA APROXIMADA 1: 5000.000

FONTE: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO, 1980

A concentração de posseiros no estado em 1980 (Mapa 4) deixa claro que, à época, o adensamento maior desses produtores acompanhava, *grosso modo*, a área de expansão mais recente da fronteira agrícola na porção oriental do território tocantinense. Embora a extensividade das atividades econômicas prevalecente nessa área de solos arenosos de baixa fertilidade, pouco valorizados e de precárias condições sociais, amortecia de algum modo a disputa pela terra, tal não ocorre naqueles segmentos espaciais dessa extensa faixa da fronteira que passam por uma valorização recente devida à procura de terras por parte de produtores do Sul do País ou mesmo à implantação do capital social básico⁶.

Por outro lado, o extremo norte do estado - região do Bico do Papagaio - apresenta como característica própria a situação de conflito pela posse da terra⁷. Ali, o processo de incorporação mais recente da fronteira ocorreu sobre áreas cuja ocupação já havia sido iniciada anteriormente dentro de um sistema produtivo que, via de regra, utilizava a terra sem demarcar a propriedade⁸.

A apropriação capitalista da fronteira por meio da expansão pecuarista foi particularmente intensificada nessa área pela atuação sucessiva de programas oficiais: Programa de Pólos Agropecuários e Agromineriais da Amazônia - POLAMAZÔNIA -, Programa de Desenvolvimento Integrado do Araguaia e Tocantins - PRODIAT - e o Programa Grande Carajás - PGC - e, principalmente, a implantação de grandes projetos incentivados pela SUDAM, que acabaram por criar uma situação de conflitos latentes com as formas tradicionais de produção que ali se reproduziam.

A desarticulação da economia camponesa assentada na exploração do babaçu e na lavoura do arroz e do milho provoca, na

região do Bico do Papagaio, alguma resistência organizada pela atuação da Pastoral da Terra que, sediada em Gurupi, assiste judicialmente, além dessa área, os agricultores expropriados do sul do Tocantins.

O tratamento dispensado até o momento à questão fundiária nesse estado, e particularmente no extremo norte, sugere, antes de tudo, que, no vazio de uma determinação política verdadeiramente voltada para o enfrentamento da questão, ele opera à retaguarda da verdadeira magnitude do problema a solucionar. Aqui se inclui tanto o movimento de "arrecadação" de terras promovido pelo GETAT na década de 70 como a própria implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA - pelo INCRA, cujas metas de desapropriação e assentamento e de regularização fundiária, via demarcação e titulação, vêm-se continuamente comprometidas pela falta de recursos.

Recentemente, apesar da indicação de juízes para atuarem nos municípios do Bico do Papagaio e do crescimento verificado no número de imóveis desapropriados, em desapropriação⁹ e de assentamentos realizados e planejados sinalizarem, a partir de 1986, um decréscimo no ritmo de conflitos com mortes nessa área, a eliminação da violência ainda está longe de ser alcançada.

Com efeito, a morosidade judicial amparada, entre outros, nos próprios mecanismos legais de reintegração de posse, e principalmente a situação de miséria e violência gestada no curso de uma apropriação privada de terras encaminhada, via de regra, pela grilagem e tendo como objetivo a especulação fundiária, contextualizam um quadro de profundos conflitos sociais de longa e difícil superação.

A demarcação de áreas indígenas¹⁰ torna-se necessária a partir do avanço da fronteira

⁶ A valorização recente de terras no Município de Pedro Afonso, por exemplo, deve-se à melhoria na acessibilidade advinda da construção de duas pontes sobre o rio Tocantins intensificando a entrada de produtores de Goiás e do Sul do País, que se estabelecem, quase sempre, na fase inicial, com sentido especulativo.

⁷ Embora o Bico do Papagaio denomine a área do Interfúvio Araguaia-Tocantins, localizada na porção setentrional do território tocantinense, a identificação dos conflitos pela posse da terra aí verificados não se restringe a este estado. Ao contrário, ela insere-se na problemática ambiental mais ampla advinda do processo de ocupação do flanco oriental da Amazônia, formando um contínuo geográfico com o sudoeste do Maranhão e o sudeste do Pará, ao qual a denominação Bico do Papagaio comumente se reporta. Com efeito, palco de infindáveis conflitos fundiários, esta região é também uma das mais atingidas por desmatamentos e queimadas da Amazônia Legal.

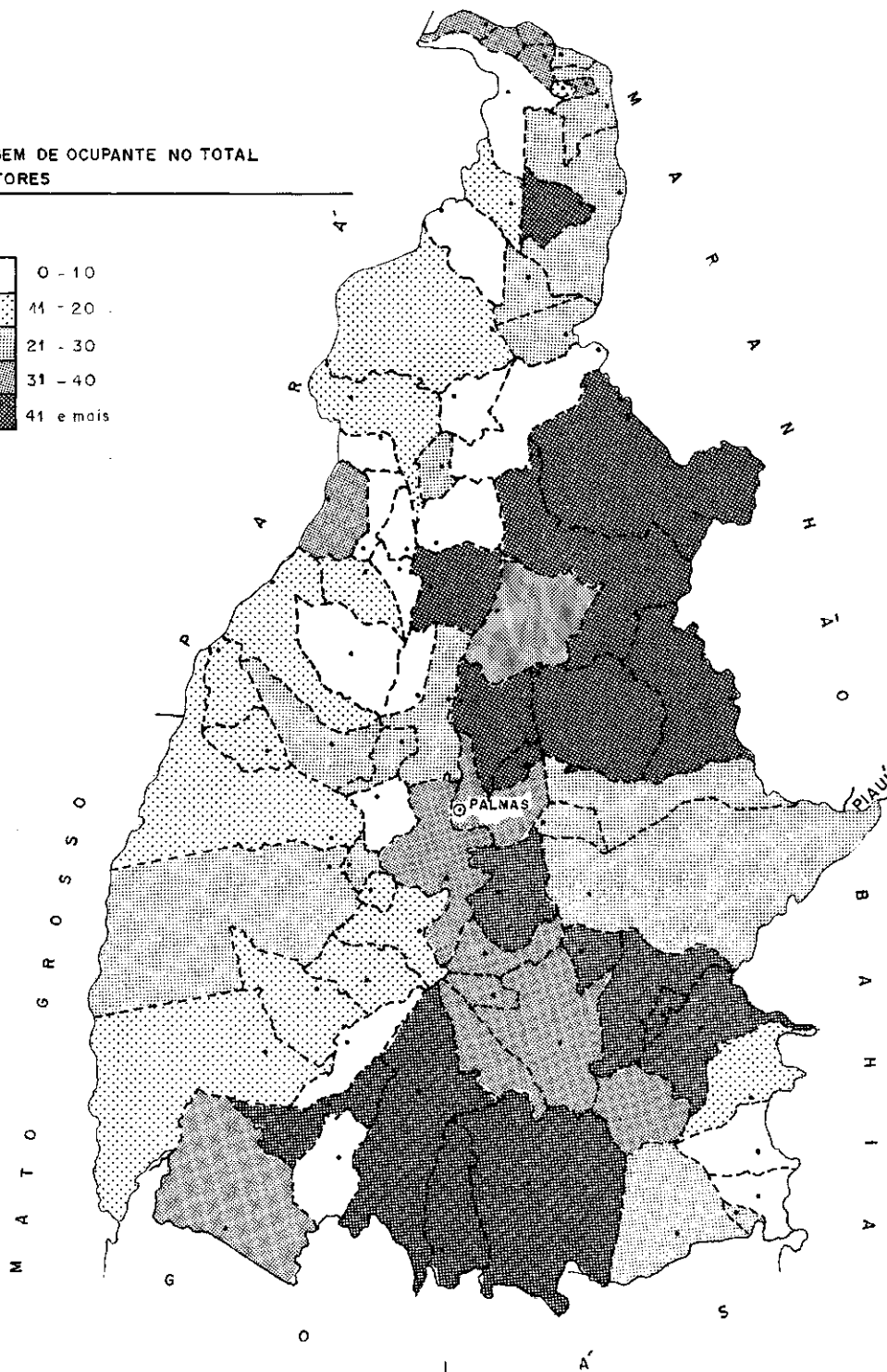
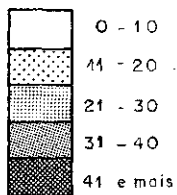
⁸ Em depoimento prestado em novembro de 1984, o Padre Josimo Tavares, da Diocese de Tocantinópolis, forneceu uma visão crítica do contexto social que gerou a violência verificada ainda hoje no extremo norte do estado. "Vivo numa terra habitada por muitos trabalhadores rurais (95% da população). São pessoas vindas de vários estados do Nordeste, através das famosas correntes migratórias. Entraram na região do Bico do Papagaio, desde 1860, mas especialmente a partir de 1940, estabelecendo lá sua morada e um lugar para trabalhar: plantação de roças, caça e pesca, garimpo, extração do coco babaçu. Desse modo, os antigos moradores construíram suas posses pela força do trabalho, pela permanência na localidade por muitos anos e com o objetivo único de sustentarem a própria vida e a vida dos familiares. Depois que foi construída a rodovia federal, Belém-Brasília, em 1956, e que se inaugurou a ponte do Estreito, em 1961, pessoas de Minas Gerais, São Paulo e sul de Goiás penetraram em nossa região com a finalidade de investir capital na terra, aproveitando os incentivos fiscais facilitados pelo Governo Militar. Esta ocupação de grileiros se deu especialmente a partir de 1974, logo após terminar a famosa guerrilha do Araguaia".

⁹ De acordo com os dados do INCRA, entre 1986 e 1988 foram desapropriados 20 imóveis rurais e somente em 1989 foram selecionados 38 para fins de desapropriação no norte do Tocantins, dentro do Projeto Fundiário Araguaia.

¹⁰ Segundo informações colhidas junto ao governo do estado, as áreas indígenas localizadas no Tocantins estão com sua demarcação praticamente concluída. A maior delas, o Parque Indígena do Araguaia, tem suas terras distribuídas por três municípios.

MAPA 4 OCUPANTES 1980

PERCENTAGEM DE OCUPANTE NO TOTAL
DE PRODUTORES



ESCALA APROXIMADA 1:5000.000

FONTE: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO, 1980

agrícola, é outra vertente da questão da terra que agrava as contradições sociais no Tocantins. Quando analisado a nível local, tal fato põe a descoberto o forte preconceito que sofre a população indígena por parte dos demais segmentos interessados na terra, acusada de imobilizá-la improdutivamente com seu modo de vida "indolente".

A questão da posse da terra no Tocantins não se esgota, contudo, nos problemas em torno da regulamentação jurídica da propriedade rural; ela coloca, também, em evidência a própria estrutura fundiária regional submetida atualmente à dinâmica ditada pelo processo geral de concentração fundiária em curso no País.

Na tentativa de captar, de um lado, a estrutura crescentemente dominada pelos grandes estabelecimentos e, por outro, a presença diferenciada de pequenos produtores no Tocantins, optou-se pela análise combinada do Mapa 5, referente à participação dos grandes estabelecimentos (superiores a 500 ha) na expansão da área dos estabelecimentos¹¹ e do Mapa 6, referente ao número de pequenos estabelecimentos (inferiores a 200 ha).

Pela visão conjunta de tais informações observa-se que embora a estrutura fundiária do estado reproduza o padrão de concentração característico do Centro-Oeste e do Norte do País, ela possui diferenciações intra-regionais relevantes quanto ao peso numérico da pequena produção.

Nesse contexto destaca-se o extremo norte do estado, onde a pequena produção, oriunda do Maranhão, possui uma representatividade significativa, chegando os estabelecimentos inferiores a 200 ha a compreender, em certos municípios, mais de 85% do número total de estabelecimentos rurais em 1980, tornando aí a problemática fundiária mais complexa, notadamente numa área de fronteira de expansão contínua do grande estabelecimento. De fato, a implantação de projetos voltados para a pecuária próximos a Araguaia ainda no final da década de 60 e mais os incentivos oferecidos posteriormente pelo POLAMAZÔNIA para todo o norte do atual

estado reforçaram a valorização desse espaço recrudescendo a disputa pela posse da terra.

As características básicas da malha fundiária do Tocantins derivam-se, portanto, do processo geral de ocupação econômica da fronteira agrícola. Este, comandado fundamentalmente pelo grande capital beneficiado pela política oficial, ali assentou as bases para a expansão da atividade pecuária, visando, inúmeras vezes, apenas a uma utilização precária da propriedade rural, no sentido de uma valorização futura da terra.

A expansão da pecuária de corte no Tocantins ocorreu de forma massiva¹², dentro de um perfil de atividade compatível com os recursos ambientais existentes e que respondeu, desde o seu início, à finalidade de incorporação produtiva e/ou especulativa de uma área de fronteira onde a terra ainda é abundante e relativamente pouco valorizada no contexto nacional.

Constituindo a atividade econômica fundamental na redefinição da ocupação do espaço rural do Tocantins, a pecuária de corte é um elemento básico de compreensão da forma de inserção de seus municípios na economia de mercado.

De modo geral, essa atividade significou, nessa área, a passagem do patamar de subsistência para o de uma produção capitalista, realizada com o apoio do estado. Este, em um primeiro momento, implantou a infraestrutura de suporte às unidades de produção, dando, em seguida, maior ênfase aos mecanismos de incentivo fiscal, crédito subsidiado e Programas Especiais¹³.

A análise dos Mapas 7 e 8, referentes à variação absoluta do rebanho bovino e da área de pasto plantado dos municípios do Tocantins no período 1970-1980¹⁴, evidencia, em primeiro lugar, a existência de dois grandes grupos de municípios no que diz respeito às diferenciações existentes quanto à sua inserção no processo de pecuarização¹⁵. Seguindo o padrão longitudinal de crescimento econômico do estado, fica clara a distinção entre os municípios a oeste do rio Tocan-

¹¹ O indicador utilizado para representar a presença dos grandes estabelecimentos no processo de concentração fundiária baseia-se na avaliação de quanto a expansão da área total dos estabelecimentos rurais no período 1970-80 deveu-se ao crescimento verificado no estrato superior a 500 ha nessa década.

¹² O domínio dessa atividade no espaço rural do estado fica claro quando se observa que, em 1980, 91,4% de sua superfície produtiva estavam ocupados com pastagens.

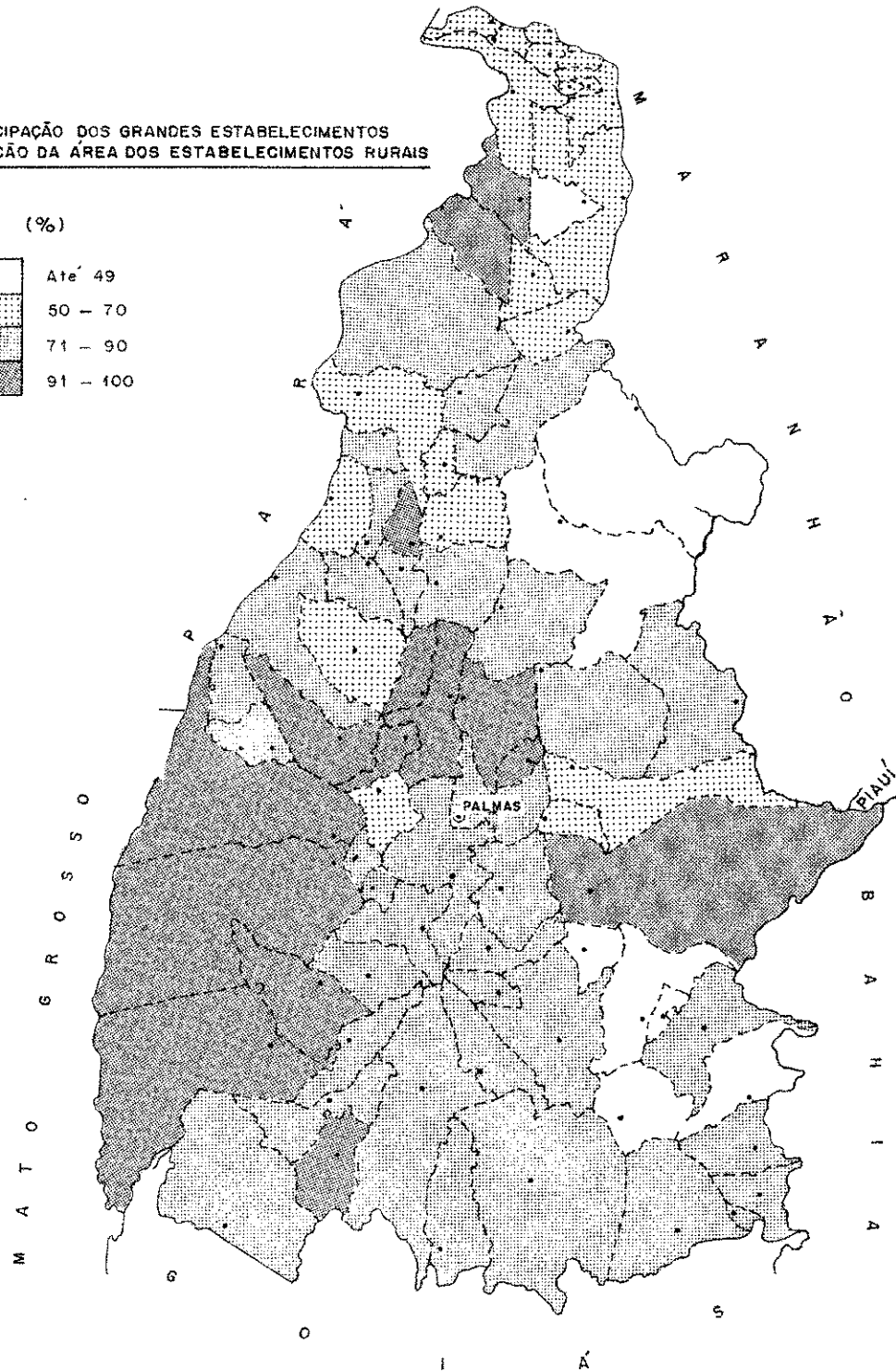
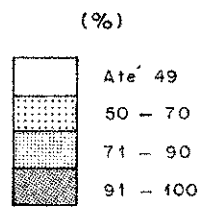
¹³ Com áreas incluídas em Programas de desenvolvimento de pólos regionais, tanto no POLAMAZÔNIA, ao norte, como no POLOCENTRO, na região de Gurupi e Sudoeste, o território tocantinense beneficiou-se nesses dois segmentos espaciais de melhorias em sua infraestrutura viária promovendo a expansão da agropecuária e a mecanização agrícola.

¹⁴ A escolha de tais indicadores foi feita no sentido de fornecer uma visão quantificada e qualificada do crescimento da pecuária no estado.

¹⁵ O termo pecuarização é aqui utilizado no sentido mais amplo de expansão da atividade pastoril, isto é, ocorrendo tanto sobre áreas de recente incorporação ao processo produtivo como substituindo atividades agrícolas preexistentes.

MAPA 5 CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA 1970 - 1980

PARTICIPAÇÃO DOS GRANDES ESTABELECIMENTOS
NA VARIAÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS

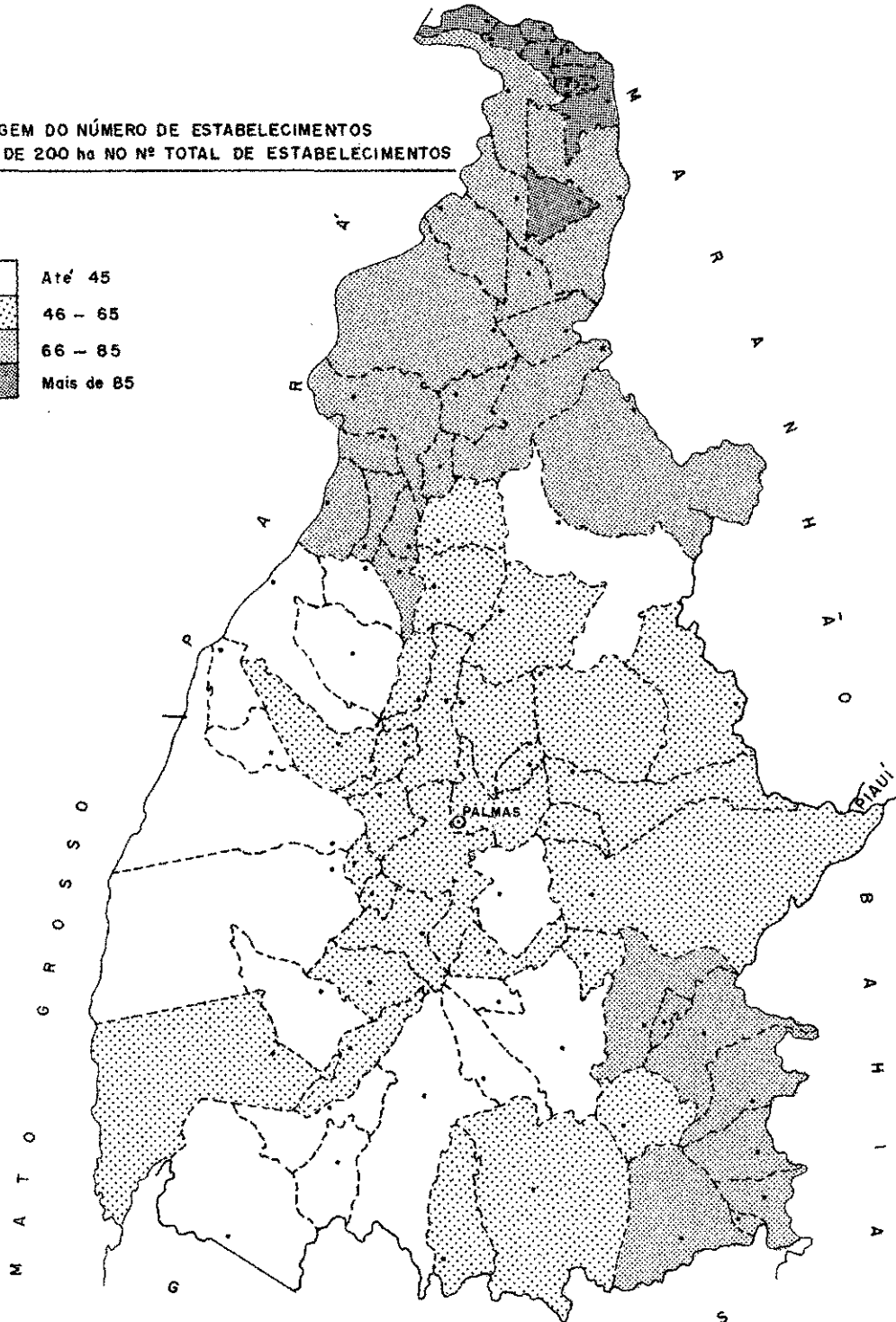
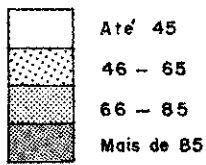


ESCALA APROXIMADA 1:5.000.000

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUÁRIOS, 1970 e 1980.

MAPA 6
PEQUENA PRODUÇÃO
1980

PERCENTAGEM DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
DE MENOS DE 200 ha NO Nº TOTAL DE ESTABELECIMENTOS

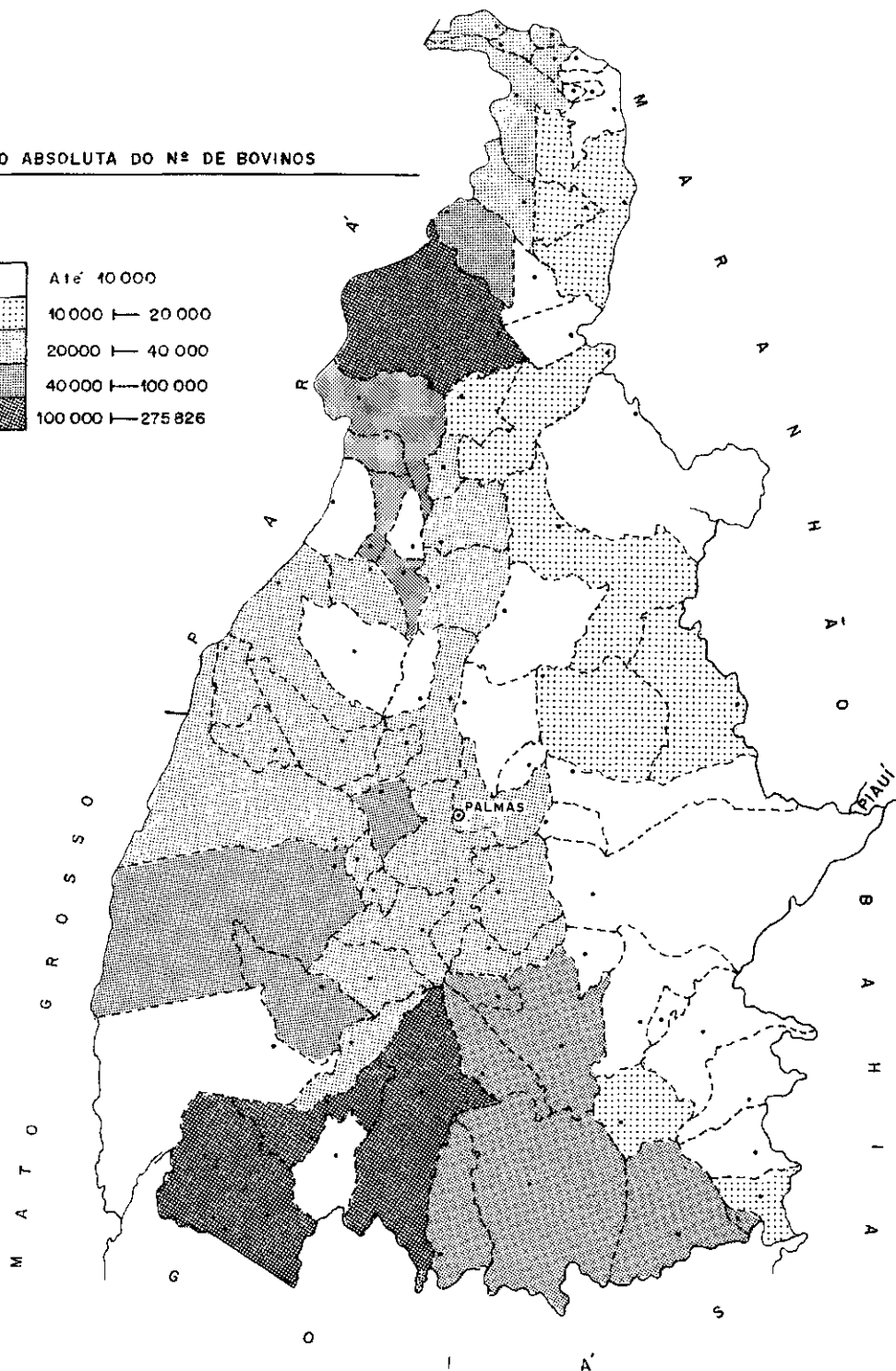
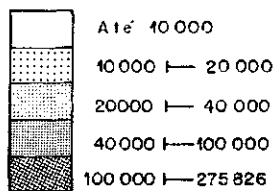


ESCALA APROXIMADA 1:5.000.000

FONTE: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO, 1980.

MAPA 7 EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO 1970 - 1980

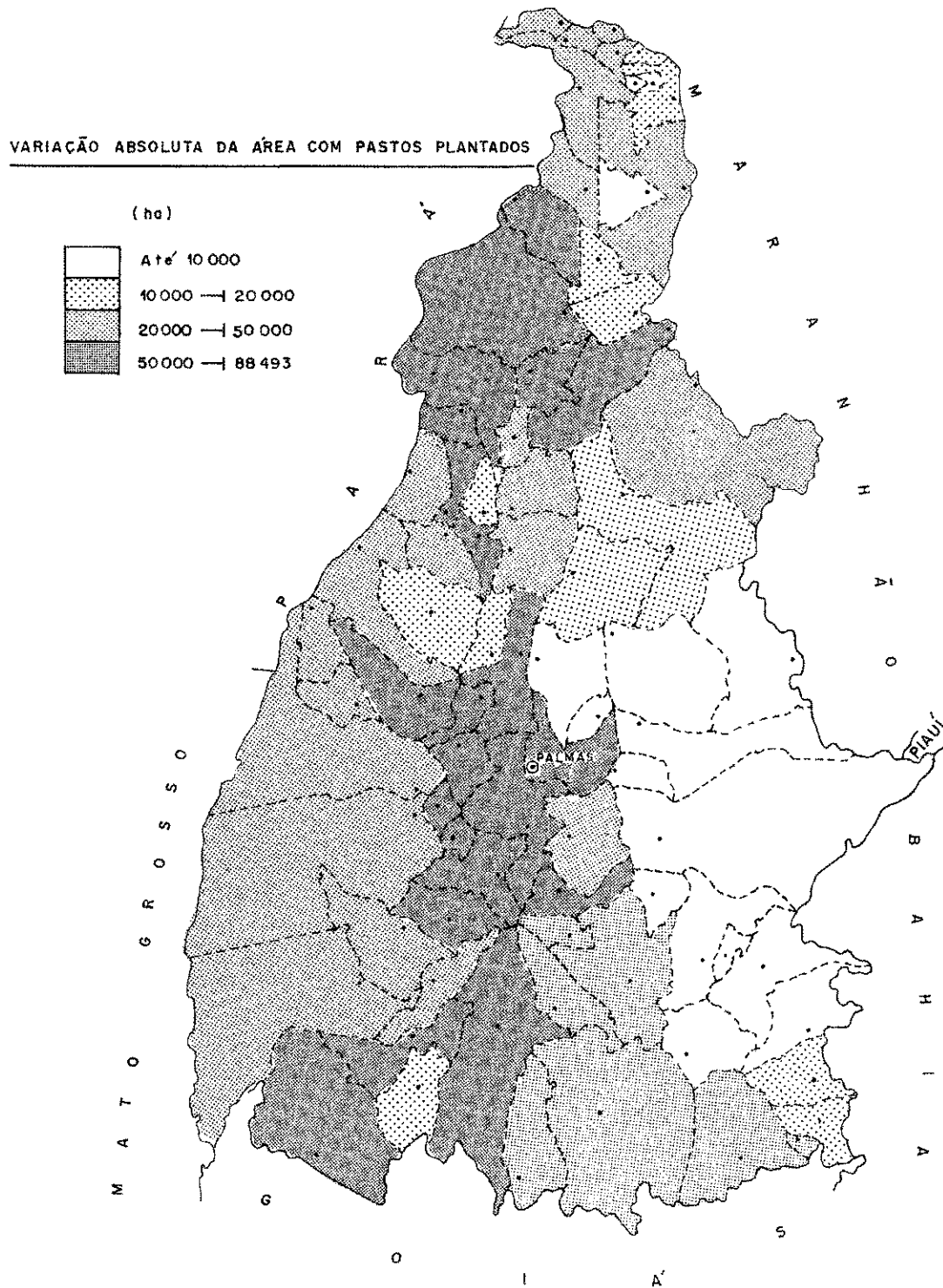
VARIACÃO ABSOLUTA DO Nº DE BOVINOS



ESCALA APROXIMADA 1:5.000.000

FONTE. IBGE - CENSOS AGROPECUÁRIOS, 1970 e 1980.

MAPA 8
EVOLUÇÃO DAS ÁREAS COM PASTOS PLANTADOS
1970 - 1980



tins, onde a fronteira encontra-se, *grosso modo*, em fase de consolidação, e aqueles situados a leste, em áreas de redefinição ou, mesmo, de expansão inicial de atividade econômica.

Embora prevaleçam no estado características gerais referentes à extensividade da atividade pecuária e à sua coexistência com a lavoura tradicional do arroz para a formação de pastagens, alguns municípios individualizam-se no interior desses grupos de acordo com seu grau de articulação com o mercado ou mesmo pelo nível de capitalização atingido pela pecuária em casos específicos.

A oeste do estado destacam-se dos segmentos crescentemente envolvidos com a pecuária: o primeiro deles, a noroeste, centrado nos Municípios de Araguaína e, por extensão, de Arapoema, que concentraram parcela significativa, superior a 20%, do crescimento do rebanho e da área com pasto plantado no Tocantins no período de 1970-1980. Outro segmento é formado por extensa faixa ao longo da BR-153 e ao sul do atual estado onde sobressaem os municípios de ocupação mais antiga, como Porto Nacional, e os de expansão mais recente, como Araguaçu e Peixe.

Nessas áreas a pecuária extensiva coexiste com uma agricultura tradicional, ou mesmo moderna, com finalidade de formar pasto. De modo geral, o efetivo do rebanho e o crescimento deste verificado na última década evidenciam que a ocupação dessas áreas processa-se pelo fortalecimento da pecuária num contexto de paulatina modernização desta atividade revelada regionalmente pelo crescimento da pastagem plantada e aprimoramento genético do rebanho. A pecuária é desenvolvida em médios e grandes estabelecimentos especializados em gado de corte em regime extensivo ou semi-extensivo.

Atualmente o processamento industrial da carne em Araguaína cria um impulso modernizador mais vigoroso à pecuária dessa área, incentivando a introdução de sistemas intensivos de criação, o aparecimento de invernadas, assim como a utilização sistemática de técnicas e insumos ainda pouco difundidos no conjunto do estado.

Durante a década de 70, médios e grandes produtores, sobretudo pecuaristas de Goiás, São Paulo e Minas Gerais (notadamente do Triângulo Mineiro), encontravam

no Tocantins um espaço para ampliação de seu patrimônio. Tais produtores investem na pecuária por oferecer menor risco, ocupar pouca mão-de-obra e ainda poder usufruir de incentivos fiscais e, mesmo indiretamente, de crédito subsidiado, além da relativa facilidade de escoamento da produção através da BR-153. A "função especulativa" de garantir a posse da terra com uma atividade de custo de produção rebaixado e características extensivas coloca-se, também, como fator importante na análise da expansão da pecuária no espaço rural do Tocantins.

Chama atenção o fato de o crescimento da pecuária contribuir para a ampliação da área agrícola desses municípios, uma vez que esta última atividade precede, via de regra, a implantação da pastagem. Com efeito, a própria disponibilidade do custeio agrícola contribui atualmente para que as novas terras desmatadas sejam cultivadas por um período curto para, em seguida, serem transformadas em pasto.

Os municípios situados a leste do rio Tocantins formam, *grosso modo*, um contínuo espacial no qual a fronteira, em fase de redefinição, suporta uma pecuária extensiva ou mesmo ultra-extensiva acoplada a uma agricultura predominantemente de subsistência. A necessidade de incorporar novas terras à produção conduz o processo de ocupação territorial dessa área de fronteira recente, utilizada num primeiro momento para a produção agrícola e num segundo para a formação do pasto, dentro de uma dinâmica, já anteriormente observada, em que a lavoura de ciclo curto viabiliza economicamente o investimento de retorno mais longo, representado pela pecuária, além de ser a prática tradicionalmente usada para "amansar" o solo da região.

A incipiente capitalização dessa área, de inserção ainda precária ao mercado, a coloca, contudo, num patamar econômico inferior ao da porção ocidental do estado. Aos problemas decorrentes da privatização recente de terras agrícolas juntam-se os da presença de atividades espacialmente difusas, dentro de um sistema criatório por vezes ultra-extensivo, como o verificado em extensas áreas dos municípios de Filadélfia, Goiatins, Itacajá, Rio Sono, Lizarda e Novo Acordo, onde ainda é comum a prática da pastagem coletiva¹⁶. Cabe ressaltar que nesta área a

¹⁶ Segundo informação de um técnico da EMATER-TO, o uso da cerca em tais municípios prende-se, inúmeras vezes, apenas à demarcação da propriedade, não servindo para a divisão dos pastos e manejo do rebanho.

presença de solos arenosos, de pouca espessura e baixíssima fertilidade, constitui um fator limitante à introdução de práticas agrícolas mais intensivas. Embora contando com condições físicas menos adversas, o sudeste tocantinense teve participação bastante modesta no crescimento do rebanho bovino na última década, acompanhando o desempenho verificado na porção oriental do estado, como se pode observar no Mapa 7. Essas terras têm servido, de modo geral, ao processo de especulação fundiária, detendo, juntamente com os Municípios de Tocantinópolis, Nazaré e Ananás, ao norte, e Peixe, ao sul do Tocantins, os maiores índices de terras ociosas¹⁷ desta Unidade da Federação.

A dotação localizada da infra-estrutura básica por parte do Governo introduz, recentemente, um elemento dinamizador na economia de alguns municípios do leste tocantinense, como Pedro Afonso e Monte do Carmo, sinalizando uma intensificação de seu processo produtivo a médio e longo prazos. Em um momento imediato a melhoria nas condições de acessibilidade tende a provocar, no entanto, um recrudescimento do movimento especulativo sobre a terra, desarticulando a estrutura produtiva tradicional de tais municípios, antes de introduzir transformações mais profundas no uso do solo agrícola.

A análise da mudança tecnológica no Tocantins requer o reconhecimento, em um primeiro momento, dos próprios agentes modernizadores que induziram, localmente, a transformação do processo de produção.

Nesse sentido, cabe lembrar que as terras do atual estado atraíram, inicialmente, médios e grandes produtores capitalizados (em sua maioria pecuaristas do Centro-sul) que visavam a ampliar seu patrimônio explorando produtivamente novas propriedades adquiridas a custos rebaixados e que foram responsáveis pela introdução da mecanização nesse segmento da fronteira. Atraídos pelos incentivos vieram, também, grupos financeiros interessados nos ganhos especulativos e naqueles adquiridos pela vantagem de instalar-se em áreas recentemente incorporadas ao mercado. Tais grupos eventualmente investiram algum capital em máquinas e implementos no sentido de explorar, mui-

tas vezes apenas parcialmente, a propriedade rural que se tornou atualmente um ativo alternativo para o grande capital.

Situado à margem dos fluxos migratórios de pequenos produtores provenientes do Sul do País e fora da área de interesse mais imediato de cooperativas e/ou colonizadoras, também do sul, que lotearam juntamente com o INCRA amplas extensões de Mato Grosso e Rondônia na década de 70, o território tocantinense até o final dessa década contava, basicamente, com os agentes acima mencionados para introduzir alguma transformação na base técnica de seu processo produtivo.

Contudo, a crise do padrão de financiamento da agricultura brasileira a partir do final dos anos 70 com a retração do crédito rural, assim como um conjunto de fatores que vão desde a necessidade de buscar novas fontes de valorização do capital até uma resposta à superação da queda dos preços internacionais de produtos como a soja, levou a uma redefinição das áreas agrícolas do País, viabilizando a incorporação de novas áreas na fronteira.

Nessa conjuntura, o Tocantins coloca-se presentemente enquanto alternativa de expansão da produção de grãos (arroz e soja) por parte de produtores do Sul do País (gaúchos principalmente) que tendem a reproduzir nas novas áreas o padrão tecnológico embutido nessas lavouras. A disputa por recursos escassos e a determinação do governo local em atrair o empresariado para investir no novo estado convergem no sentido de incentivar tal expansão que certamente irá transformar o uso do solo na região, fazendo da lavoura uma atividade permanente, assim como afetar a composição técnica do capital investido no campo.

A difusão da mecanização no Tocantins foi aqui captada através da utilização do trator¹⁸ no quinquênio 1975-1980 (Mapa 9) e pela intensidade de seu uso em 1985 (Mapa 10).

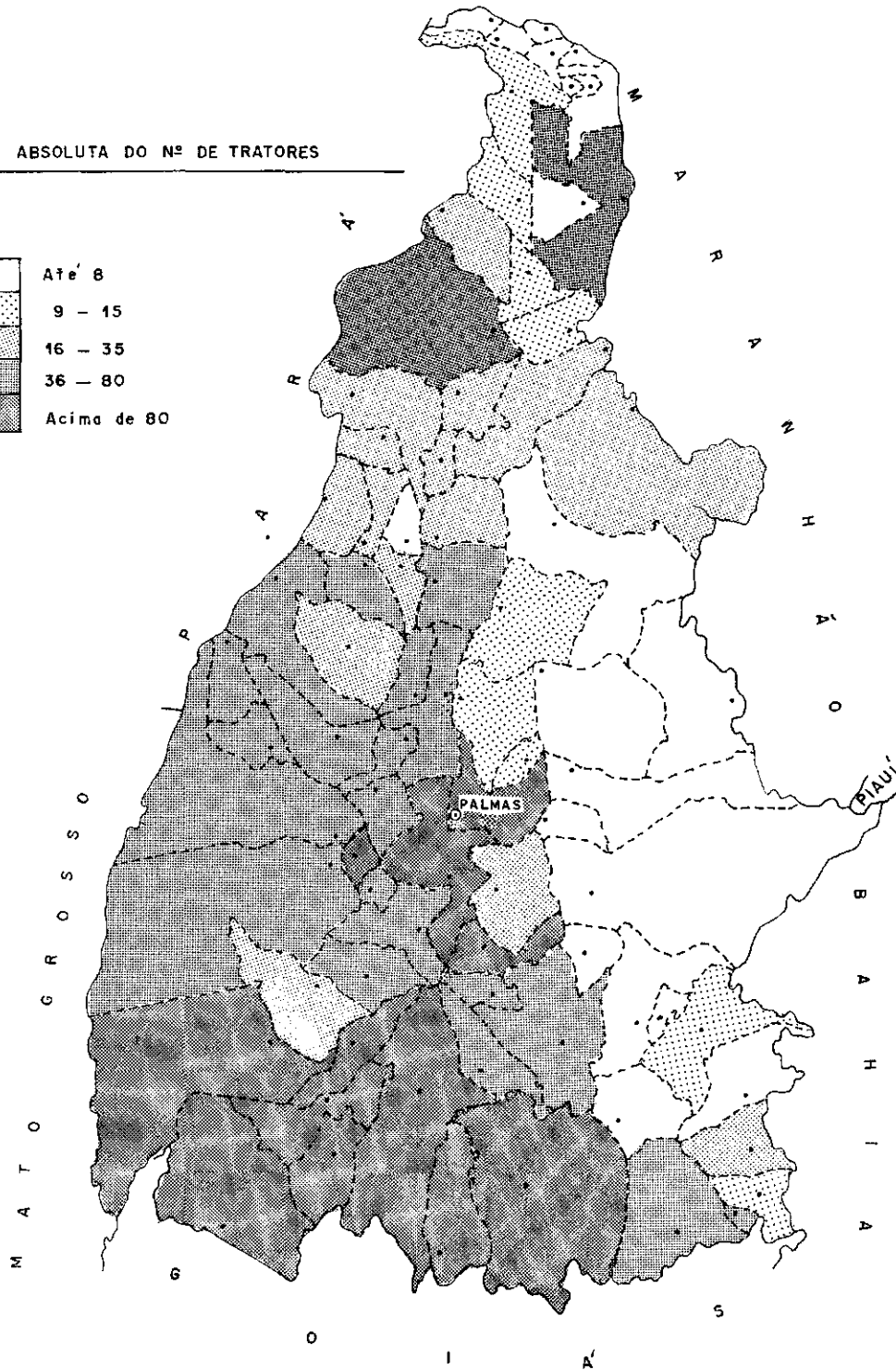
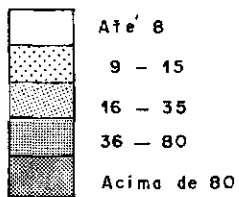
A mecanização acompanhou inicialmente o movimento de expansão da pecuária naqueles municípios onde esta atividade assumiu uma forma capitalizada, com a utilização do trator para a implantação e conservação do pasto.

¹⁷ O indicador de ociosidade da terra foi obtido através do percentual da área produtiva não utilizada na área total do estabelecimento e revela, de algum modo, o caráter especulativo das terras.

¹⁸ Instrumento fundamental da transformação tecnológica ocorrida na agricultura brasileira a partir de meados da década de 60, o trator em sua expressão quantitativa é significativo da expansão da mecanização nas áreas de fronteira na década seguinte.

MAPA 9 CRESCIMENTO NO USO DE TRATOR 1975 - 1980

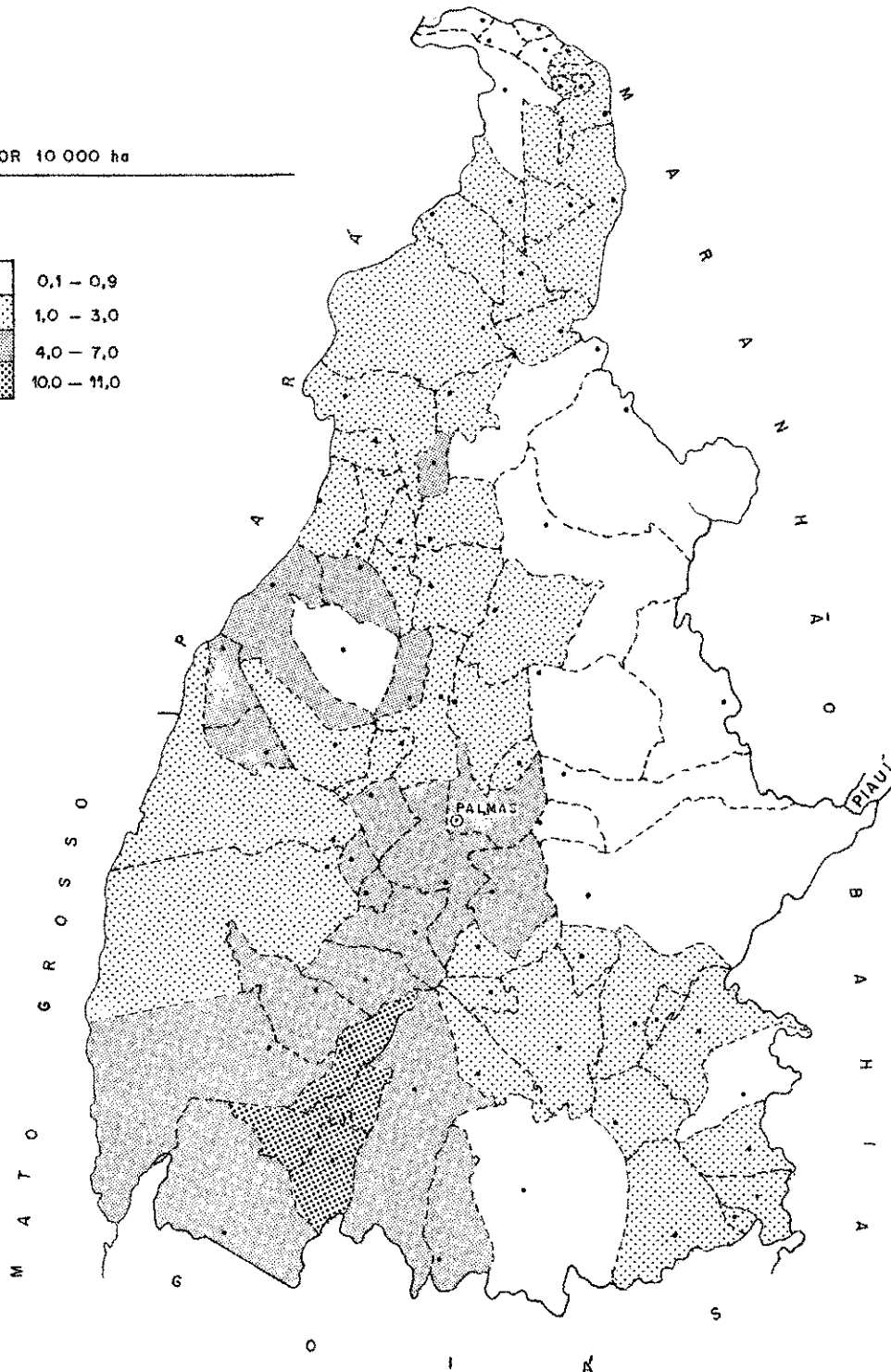
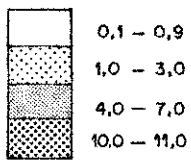
VARIACÃO ABSOLUTA DO Nº DE TRATORES



ESCALA APROXIMADA 1:5.000.000
FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUÁRIOS, 1975 e 1980.

MAPA 10 ÁREA MECANIZADA 1985

TRATOR POR 10 000 ha



ESCALA APROXIMADA 1:5.000.000.
FONTE: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO, 1985.

O uso mais intensivo da força mecânica sobressai, contudo, naqueles segmentos espaciais onde a lavoura modernizada do arroz e agora também da soja penetrou com alguma expressão. Este é o caso dos municípios em torno de Gurupi nos quais junto a uma pecuária extensiva capitalizada expande-se a lavoura comercial de grãos, estimulada pela experiência pioneira em Formoso do Araguaia, e que atualmente já atinge, com alguma intensidade, os Municípios de Porto Nacional e Miracema do Tocantins.

Implantado com financiamento concedido pelo Banco Mundial ao governo de Goiás no final da década de 70, o Projeto Rio Formoso, em Formoso do Araguaia, constitui uma das áreas irrigadas mais extensas do Centro-Oeste, ocupando atualmente cerca de 18 000 ha de várzeas, com enorme potencial de expansão.

Esse projeto representa uma das primeiras tentativas, no território tocantinense, de expandir a atividade agrícola em escala estritamente comercial, por meio de produtores capitalizados reunidos em cooperativas¹⁹. Nele, a introdução da rizicultura irrigada e da cultura da soja segundo um pacote tecnológico transplantado pelo agricultor gaúcho causou um profundo impacto sobre o meio ambiente, afetando diretamente a rica fauna existente na Planície do Bananal, agravando a degradação ambiental em torno da ilha.

No que se refere à utilização de insumos químicos, cabe lembrar que Gurupi, Formoso do Araguaia, Alvorada, Figueirópolis, Peixe, Dueré e Cristalândia respondem por mais de 60,0% do consumo de fertilizantes no estado, o que sinaliza uma intensificação no sentido da diversificação da estrutura produtiva nesse subespaço, rompendo o amplo domínio, até então verificado, da pecuária como a única atividade de caráter eminentemente mercantil.

O transbordo do cultivo da soja do oeste baiano já altera também a base técnica da produção agrícola de municípios contíguos do sudeste tocantinense, como Dianópolis, formando um outro eixo de avanço dessa cultura no estado. A articulação do sul do

Tocantins com o oeste baiano, através da abertura da estrada Gurupi-Barreiras, de cerca de 400 km, aceleraria a expansão da lavoura comercial nessa área de acentuado atraso econômico-social.

A expansão da produção de grãos segundo um padrão tecnológico moderno sofre, contudo, sério contingenciamento de ordem física - notadamente no que se refere à qualidade dos solos -, assim como restrições no campo da pesquisa agrônômica e da infraestrutura de apoio à agropecuária. Cabe ressaltar aqui que a perda do tratamento diferencial dado às atividades rurais em suas relações com o setor financeiro colocou hoje em dia o capital produtivo aplicado na agricultura cada vez mais dependente da rentabilidade obtida por este capital se aplicado em outras atividades econômicas.

O Contingenciamento do Meio Físico à Expansão Agropecuária

A compreensão da acentuada extensividade com que é praticada a atividade agropecuária no Tocantins e mesmo do processo de expansão da área agrícola deste estado passa pelo entendimento da sua inserção na dinâmica geral de crescimento da fronteira de recursos do País; remete, também, ao reconhecimento de seus recursos naturais. Com efeito, estes últimos apresentam sérias limitações ao crescimento da ocupação produtiva da terra (em extensas porções do território estadual) e abrem a discussão em torno da base física sobre a qual se movem os agentes produtivos no âmbito do estado.

Nesse sentido, partiu-se da própria intervenção da sociedade sobre esta base física, aqui identificada, preliminarmente, pelas duas formações vegetais dominantes no Tocantins - a florestal e a dos cerrados²⁰ - cujo grau de destruição fornece uma média inicial da ação do homem no processo histórico de ocupação deste território e da impactação ambiental daí resultante.

Ao abordar a situação ambiental do estado elaborou-se uma sistematização que aponta, inicialmente, para aquelas áreas onde a

¹⁹ Formado pela COOPERFORMOSO, COOPERJAVA e pela COOPERGRAN, esta última ainda em implantação, o Projeto Rio Formoso reúne por meio dessas três cooperativas produtores gaúchos e goianos que controlam, além da produção e da comercialização do arroz e da soja, agora também o beneficiamento do arroz. Este último, iniciado recentemente pela COOPERJAVA, opera com maquinaria adquirida do Projeto Jari, com capacidade de beneficiar 400 t diárias de arroz, iniciando, assim, um movimento de formação do segmento industrial a jusante do setor agropecuário formado pelo processamento da produção primária.

²⁰ A posição de contato entre o Planalto Central e a Amazônia fez com que o norte de Goiás fosse incluído na Amazônia Legal, embora aí prevaleçam, em extensão, as áreas de cerrado.

ação do homem tem sido exercida de forma mais profunda, impactando, de imediato, a cobertura vegetal original (Mapa 11). Substituída pelo uso agrícola do solo, onde se destacam as pastagens, ou por formações secundárias diversas que se instalam em terras abandonadas, a vegetação original cedeu lugar a um aproveitamento produtivo do espaço agrário que resgata elementos do sistema agrícola tradicional, como a rizicultura, largamente utilizada na abertura dos pastos.

A análise do processo de pecuarização do Tocantins coloca, pois, em evidência alguns problemas relativos ao seu impacto sobre o meio ambiente, com a destruição da flora e da fauna preexistentes pela abertura indiscriminada de áreas para pastagens. Estas expandiram-se não somente sobre o cerrado, como também sobre a área de tensão ecológica - transição entre a vegetação florestal e a do cerrado - de frágil equilíbrio ecológico, situada ao norte do estado.

Segundo depoimento prestado por um agrônomo da EMATER-TO, a prática usualmente utilizada na derrubada da mancha de mata que ia dos arredores de Araguaína até às margens do rio Araguaia foi a queima sucessiva de toda a massa vegetal original. Uma vez estando esta última destruída e amontoada no campo, era semeado aereamente o capinzal entre os tocos. Nos dois ou três anos seguintes era feita novamente a queima do material orgânico previamente acumulado, até sua eliminação total.

A desarticulação da economia natural do babaçu, decorrente da expansão da fronteira econômica, e o comércio de madeira constituem outros fatores responsáveis pela destruição de grandes extensões da vegetação original que incluía a mata de babaçuais, anteriormente existente em extensas manchas no norte do estado.

As áreas de média e fraca ação antrópica, isto é, aquelas cuja incorporação de áreas à produção constitui um processo ainda em franca evolução, foram também mapeadas (Mapa 12), identificando-se as condições agrícolas de seus solos e o tipo de vegetação aí existente.

Apontando as áreas de forte ação antrópica sobre extensas manchas florestais e sobre os domínios de cerrado, o Mapa 11 sinaliza, também, indiretamente, as áreas nas quais o prejuízo para a fauna foi praticamente total no Estado do Tocantins. Isto é, uma vez consumada a eliminação da cobertura

vegetal original, desapareceu, também, os meios de subsistência, direta ou indireta, dos animais pela destruição de suas tocas, esconderijos e outros lugares de habitação, ocasionando, inclusive, o aparecimento ou o recrudescimento de pragas antes contidas pelos seus predadores naturais.

A substituição da vegetação implica, também, modificações nos microclimas locais e, por conseguinte, na fisiologia vegetal e no comportamento dos solos. O uso contínuo dessas áreas requer, pois, um acompanhamento técnico conveniente para não agravar, ainda mais, as perdas de seus parques potenciais, especialmente nas extensas áreas de cerrado onde não só é maior a carência de nutrientes, como também a probabilidade de formação, no solo, de crostas e concreções.

O extremo norte do estado está incluído entre as áreas florestais quase que totalmente utilizadas, pouco restando da cobertura original, notadamente nos Municípios de Ananás, Araguatins, São Sebastião do Tocantins e Augustinópolis. Outros municípios como Araguaína, Nova Olinda, Colinas do Tocantins, Presidente Kennedy e Guaraí, no eixo da BR-153, e, portanto, de ocupação consolidada, também perderam quase que todas as suas antigas áreas de contato floresta/cerrado.



Por outro lado, grande parte dos Municípios de Miracema do Tocantins, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Fátima, já em áreas de cerrado, não mais dispõe de seus diversos tipos desta formação vegetal característica do Planalto Central. Já em outros municípios, como Gurupi, Formoso do Araguaia e Figueirópolis, em intenso processo de incorporação de áreas à produção, a ação antrópica é menor no que diz respeito à extensão da área devastada.

Quando se compara o aproveitamento agrícola das áreas antropizadas com a aptidão dos solos e unidades geomorfológicas existentes no Tocantins, observa-se que as pastagens, ao se constituírem no uso dominante, ajustam-se, *grosso modo*, às características naturais desses elementos da base física.










Com efeito, ao se levar em conta que os solos do estado são, em geral, rasos e de baixa fertilidade natural, a sua ocupação por uma pecuária extensiva constitui um dos usos comumente indicados, principalmente quando se consideram os baixos níveis de capitalização da atividade rural. Embora caracteristicamente extensiva, a bovinocultura

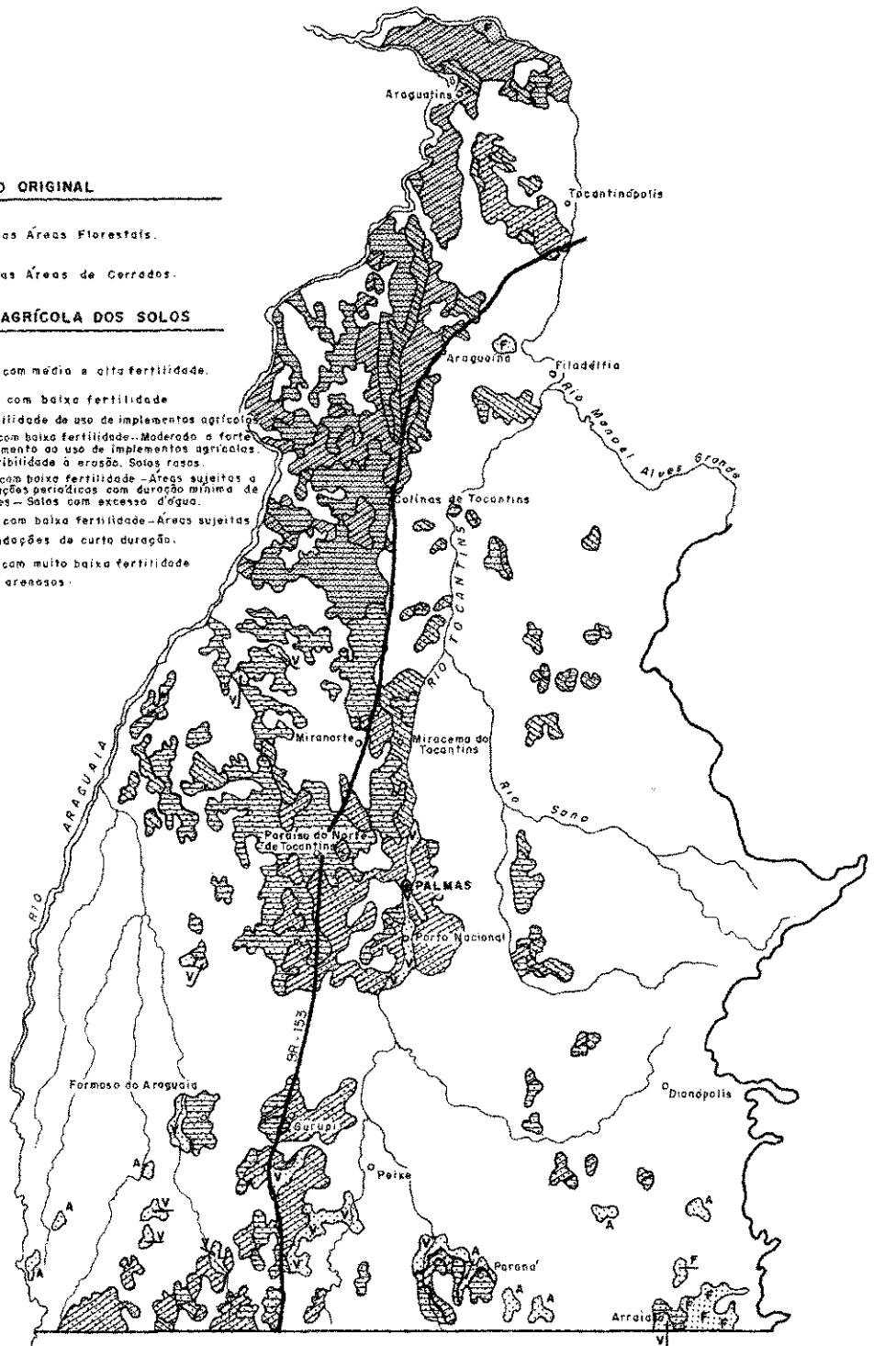
MAPA 11
ÁREAS COM FORTE AÇÃO ANTRÓPICA
 (Pouco ou Nenhum Vestígio da Vegetação Original)

VEGETAÇÃO ORIGINAL

-  Antigas Áreas Florestais.
-  Antigas Áreas de Cerrados.

CONDICÃO AGRÍCOLA DOS SOLOS

-  Solos com média a alta fertilidade.
-  Solos com baixa fertilidade
-  Possibilidade de uso de implementos agrícolas
-  Solos com baixa fertilidade - Moderado a forte impedimento ao uso de implementos agrícolas.
-  Suscetibilidade à erosão. Solos rasos.
-  Solos com baixa fertilidade - Áreas sujeitas a inundações periódicas com duração mínima de 3 meses - Solos com excesso d'água.
-  Solos com baixa fertilidade - Áreas sujeitas a inundações de curta duração.
-  Solos com muito baixa fertilidade
-  Solos arenosos.



ESCALA










FONTE: IBGE-DGC-DERNA, Zoneamento da Potencialidade dos Recursos Naturais da Amazônia Legal - ZOPOT
 Adaptação com base nas cartas de serviço -1989

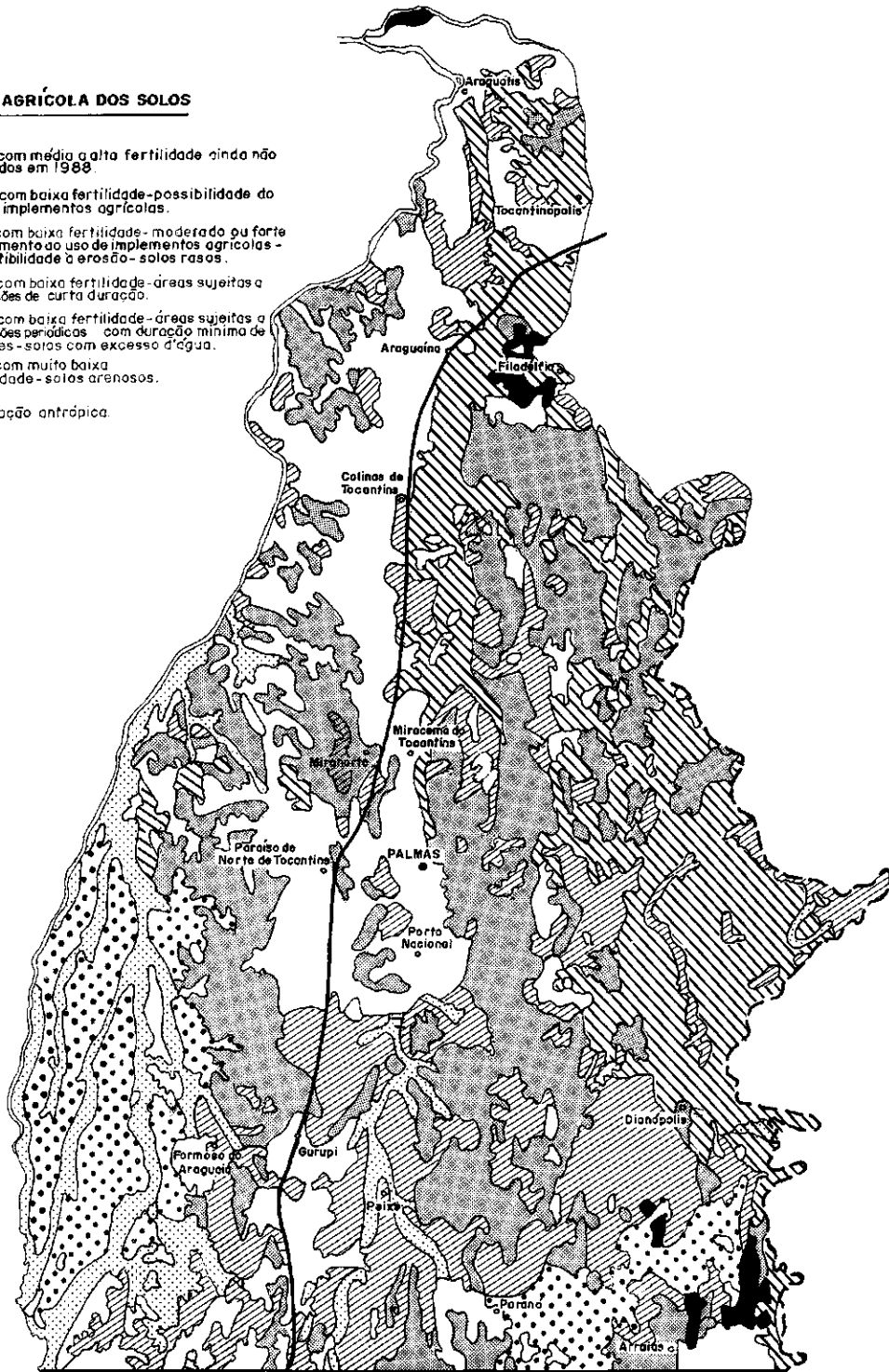
AUTOR: MIGUEL GUIMARÃES DE BULHÕES

MAPA 12

ÁREAS DE MÉDIA E FRACA AÇÃO ANTRÓPICA

CONDIÇÃO AGRÍCOLA DOS SOLOS

-  Solos com média a alta fertilidade ainda não ocupados em 1988
-  Solos com baixa fertilidade-possibilidade do uso de implementos agrícolas.
-  Solos com baixa fertilidade- moderado ou forte impedimento do uso de implementos agrícolas - suscetibilidade à erosão- solos rasos.
-  Solos com baixa fertilidade- áreas sujeitas a inundações de curta duração.
-  Solos com baixa fertilidade- áreas sujeitas a inundações periódicas - com duração mínima de 3 meses- solos com excesso d'água.
-  Solos com muito baixa fertilidade- solos arenosos.
-  Forte ação antrópica



ESCALA
0 50 100 150 km

FONTE: IBGE-DGC-DERNA. Zoneamento da Potencialidade dos Recursos Naturais da Amazônia Legal - ZOPOT

Adaptação com base nas cartas de serviço - 1989

AUTOR: MIGUEL GUIMARÃES DE BULHÕES

passa, contudo, por modificações que refletem, entre outras, características naturais de sustentabilidade dos solos das diferentes regiões do estado.

Um sistema de pecuária extensiva melhorada (envolvendo áreas onde a ocupação da terra ocorreu, fundamentalmente, pela pecuária comercial), com tendência à criação de melhores linhagens de animais e à expansão de pastagens permanentes, vem ocupando os terrenos recobertos por latossolos vermelho-amarelos presentes em extensões contínuas do centro-sul - numa faixa que vai do norte de Alvorada até próximo a Miracema do Tocantins - e do noroeste do estado. Tais solos, embora de baixa fertilidade, ocorrem em áreas bem drenadas, com relevo plano, suave ondulado e ondulado, pertencentes à Depressão do Tocantins e, em menor escala, à do Araguaia, que comportam, via de regra, o uso de implementos agrícolas. Com baixa suscetibilidade à erosão, o aproveitamento produtivo desse latossolo pode ser plenamente efetuado, uma vez realizada sua correção com calagem e adubação.

Além do sistema melhorado de pecuária, esses solos vêm sustentando, também, grande parte da expansão de lavouras comerciais - como o arroz, o milho e, ultimamente, a soja - dentro de um movimento inicial de absorção de técnicas e insumos modernos, utilizados, muitas vezes, ainda em caráter experimental, reproduzindo padrões tecnológicos importados inadequadamente do Sul do País.

Contrariamente a essas áreas que, a rigor, constituem as mais apropriadas para o desenvolvimento de uma agricultura comercial rentável, o Tocantins apresenta grande parte de seu território coberto por areias quartzosas ou, ainda, por solos concrecionários, de baixíssima fertilidade. Notadamente em suas porções leste e centro-nordeste localizam-se as piores áreas em termos de condições pedológicas passíveis de algum aproveitamento econômico.

Cabe ressaltar que, em pontos críticos, a nordeste do estado, o uso atual é feito por conta de uma pecuária ultra-extensiva, com características primitivas em termos de sistema produtivo, como os pastos comuns, ainda encontrados nos Municípios de Itacajá, Rio Sono, Novo Acordo e Lizarda. Reduto de miséria rural, o nordeste tocantinense revela a fragilidade de seus solos, através dos

baixíssimos índices de produtividade aí alcançados pela atividade agropecuária, que se rebatem, de alguma forma, na própria carência alimentar de seus habitantes, cuja dieta é constituída quase que exclusivamente do arroz ali cultivado.

A conjugação de solos rasos, que podem apresentar altos percentuais de concreções ferruginosas ou serem pedregosos ou cascalhentos, com um relevo ondulado a fortemente ondulado, ligado, em sua maior parte, ao Planalto do Interflúvio Araguaia-Tocantins e aos Planaltos Residuais do Tocantins, torna ainda mais difícil a perspectiva de um uso produtivo de caráter intensivo, em termos de absorção de capital, devido às restrições naturalmente impostas à mecanização. Nesta categoria enquadram-se extensas faixas dos Municípios de Miranorte Tocantina, Pium, Cristalândia, Dueré, Rio Sono, Novo Acordo e Ponte Alta do Tocantins, entre outros.

Usualmente indicadas como áreas para preservação ambiental, dada a fragilidade desses solos e seu rápido esgotamento, uma vez retirada a vegetação original constituída, em grande parte, por cerrados esparsos²¹, tais áreas caracterizadas pela pobreza da população aí residente colocam, contudo, em discussão soluções alternativas, regionalmente adaptadas, de utilização de seus solos. Cabe ressaltar que é nessa área que se registra a ocorrência, na época da estiagem, de enormes queimadas espontâneas e/ou provocadas que degradam ainda mais os solos aí existentes.

Além desses tipos de solo, identifica-se, no Tocantins, a presença de áreas inundáveis pertencentes à Planície do Bananal, com solos de baixa fertilidade natural (concrecionários, plintossolo ou laterita hidromórfica), mal drenados, com relevo plano, sujeitos a inundações periódicas de longa duração, no geral superiores a três meses, ou submetidos ao excesso de água resultante da elevação do lençol freático por um período prolongado.

Ao lançar as bases da agricultura moderna no estado com a localização, nesse domínio geomorfológico, do Projeto Rio Formoso, e a conseqüente impactação causada pelo uso de máquinas e insumos modernos reproduzindo o padrão tecnológico importado do Sul do País, colocaram-se aí duas questões fundamentais. A primeira delas diz res-

²¹ Também chamados de campos sujos de cerrados, os cerrados esparsos constituem formações vegetais onde as espécies arbóreas são em número reduzido e, em geral, aparecem espaçadas.

peito ao próprio potencial desses solos, considerados de baixa fertilidade, e que, no entanto, vêm sustentando uma agricultura moderna já há quase uma década, em alguns trechos. Por outro lado, coloca-se a questão da validade de se impactar, de forma profunda, ambientes naturais privilegiados da fronteira, como a área da Planície do Bananal, de riquíssima variedade de espécies animais.

Os problemas decorrentes da degradação do meio ambiente tendem a agravar-se com a intensificação do processo de modernização da agricultura²², que de forma diferenciada submete alguns segmentos da fronteira à dinâmica do capital gestada no Centro-sul do País.

Dos demais solos, que ocupam áreas reduzidas no estado, cabe mencionar aqueles derivados de rocha basáltica - terra roxa estruturada - localizados no extremo norte do Tocantins, Região do Bico do Papagaio, uma das poucas áreas de solos férteis do estado, embora mal drenados, com relevo plano, sujeitos ao regime de inundação periódica de curta duração.

Pertencente a uma extensa mancha de terra roxa localizada no sul do Maranhão, a presença desses solos de fertilidade superior no contexto do estado é um fator ponderável no complexo quadro fundiário que se formou na área do Bico do Papagaio, acirrando a disputa pela terra entre pecuaristas capitalizados em expansão e uma maioria de pequenos agricultores ali estabelecidos com sua roça voltada para o autoconsumo e fraca comercialização regional de arroz.

De modo geral, pode-se afirmar que no Tocantins as possibilidades de expansão da produção agropecuária, em geral, e agrícola, em particular, nos moldes de uma produção comercial, condicionam-se à própria superação das restrições impostas pelas condições naturais e, mais diretamente, pela baixa fertilidade de seus solos. Nesse sentido, coloca-se a necessidade de um projeto amplo de fomento agrícola com base na pesquisa agrônômica de adaptação de espécies e correção de solos. Em relação a esta última, observa-se a presença de manchas de calcário nos Patamares do São Francisco

que se estendem em uma faixa alongada, em sentido longitudinal, a sudeste do Estado do Tocantins junto à fronteira com o oeste baiano.

Economicamente aproveitada na cultura da soja em expansão nesta porção do território baiano, a reserva de calcário existente em tal unidade geomorfológica constitui, também, um fator relevante para o aproveitamento agrícola do cerrado no Estado do Tocantins.

A Precária Infra-Estrutura de Apoio à Produção Agrícola

Ao lado das limitações de ordem pedológica, a expansão da área agrícola no Tocantins apresenta-se, também, seriamente comprometida pela precariedade da infra-estrutura aí existente. Com efeito, planejada enquanto ligação do Centro-sul ao Norte do País, a rodovia Belém-Brasília continuou, praticamente até os dias atuais, como um elemento isolado de instrumentalização do espaço tocantinense²³. Junto a ela pouco se investiu, oficialmente ou não, na infra-estrutura de apoio à expansão agropecuária, afora umas poucas estradas abertas, posteriormente, a partir de seu eixo.

É nesse contexto que se entende a frágil estrutura de armazenagem do Tocantins, refletindo, por um lado, a ainda incipiente produção agrícola estadual e, por outro, a preponderância de formas tradicionais de capital mercantil no processo de comercialização.

A distribuição espacial da estocagem no estado - Mapa 13²⁴ - mostra claramente uma concentração próxima ao eixo da Belém-Brasília, no trecho compreendido entre Paraíso do Tocantins e Alvorada, com destaque para Formoso do Araguaia, Gurupi, Paraíso do Tocantins e, mais recentemente, Porto Nacional. Cabe registrar que tal concentração corresponde ao segmento espacial gerador da maior parte da produção agrícola comercial do estado.

A presença do Projeto Rio Formoso e de alguns grandes estabelecimentos voltados para a agricultura comercial em grande escala tem levado ao aumento da capacidade ar-

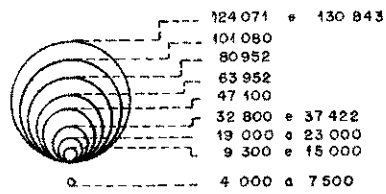
²² O termo modernização é aqui considerado basicamente enquanto mudança operada na base técnica da produção agrícola.

²³ A continuação da ferrovia Norte-Sul, ao norte, e a construção da nova capital, no centro geográfico do estado, são, intrinsecamente, elementos impulsores do espaço produtivo, afetando diretamente o sistema de circulação e a formação de um mercado regional, respectivamente.

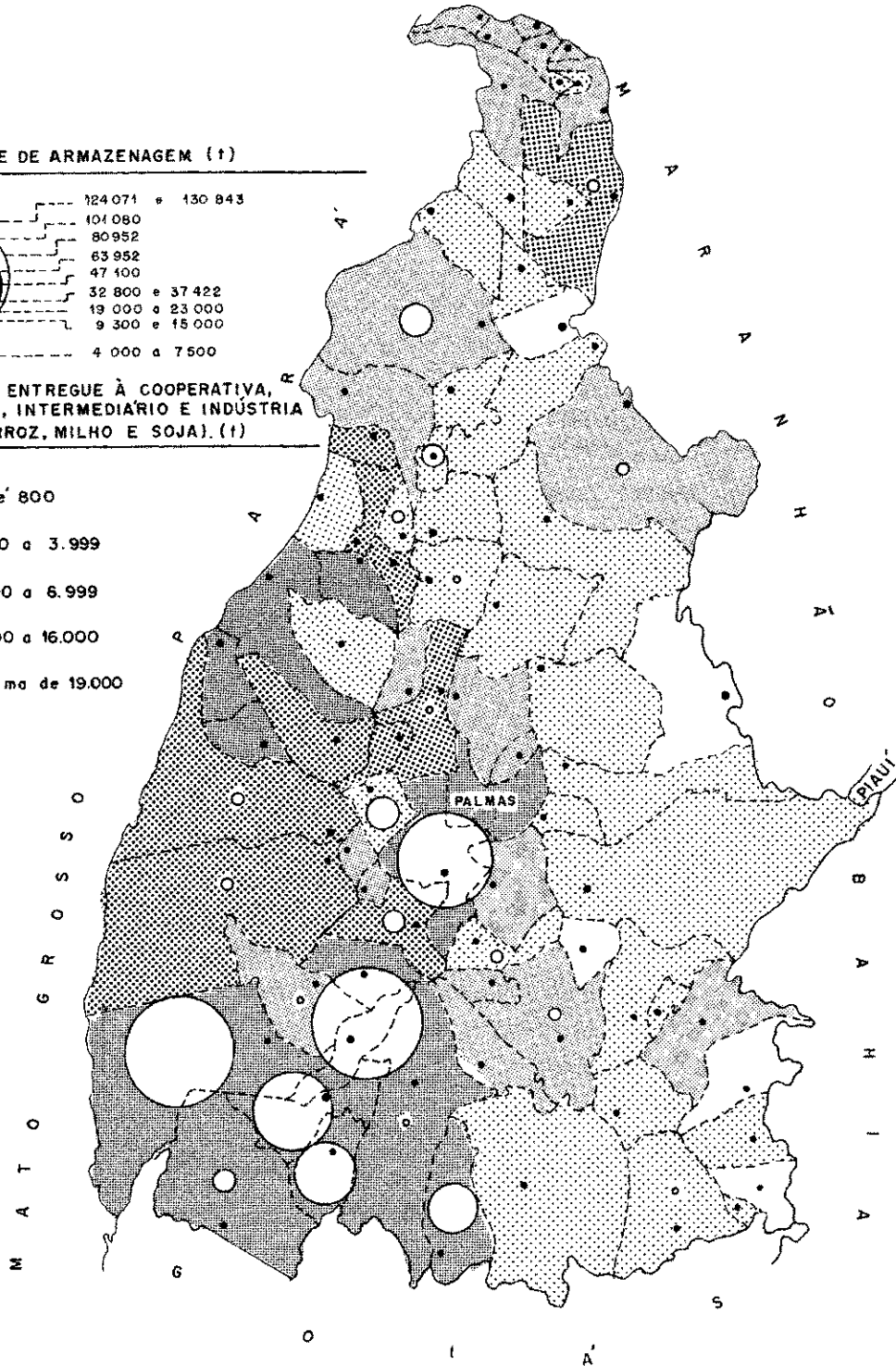
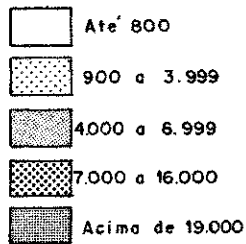
²⁴ O mapa de estocagem aqui utilizado mostra não somente os pontos concentradores de armazenagem, mas também, a produção municipal efetivamente comercializada do arroz, milho e soja, isto é, aquela parte da produção que sendo entregue à cooperativa, ao intermediário e à indústria é, a princípio, passível de ser armazenada. Procurou-se fornecer, desse modo, uma expressão espacial conjunta dos pontos de armazenagem, vis-à-vis sua articulação com as áreas de produção dos três principais produtos comercializados no estado.

MAPA 13
 ARMAZENAGEM
 1986

CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM (t)



PRODUÇÃO ENTREGUE À COOPERATIVA,
 INDÚSTRIA, INTERMEDIÁRIO E INDÚSTRIA
 RURAL (ARROZ, MILHO E SOJA). (t)



ESCALA APROXIMADA 1:5.000.000

FONTE: IBGE - PESQUISA ESPECIAL DE ARMAZENAGEM, 1986.

mazenadora de centros próximos, estruturando, ainda de forma incipiente, a inserção regular desta produção no mercado.

Com efeito, a concentração, em 1987, de 50,0% da capacidade armazenadora do estado no eixo Alvorada-Paraíso do Norte atesta o grau de importância do centro-sul do estado na consolidação da lavoura comercial que começa a expandir-se para o norte.

Inserida em um processo mais amplo de expansão e/ou consolidação da atividade agropecuária, onde a vertente pastoril acaba por prevalecer quase sempre a uma atividade agrícola que precede a abertura de pastagem, a expansão da lavoura comercial ocorre segundo um ritmo marcado por avanços e recuos característicos de uma atividade ainda em implantação e, portanto, fracamente apoiada pela rede de agências e instituições oficiais e privadas de suporte à agropecuária.

O beneficiamento e o ensacamento do arroz, crescentemente realizados nessa área, participam da fase inicial de transformação de uma produção agrícola que tenta firmar-se no mercado nordestino. Este, menos exigente em termos de padronização e de qualidade do produto, encontra-se, além disso, fora da competitividade de áreas tradicionais produtoras de um arroz de qualidade superior direcionado para o Sul e Sudeste do País.

A distribuição espacial da armazenagem sinaliza, portanto, a vanguarda do movimento de consolidação da lavoura comercial que, partindo do território goiano, e tendo em Formoso do Araguaia um campo avançado de experimentação, atinge, atualmente, com alguma intensidade, o Município de Porto Nacional.

A concentração da estocagem aponta, por outro lado, a fragilidade mercantil da produção agrícola dos municípios mais isolados a oeste do estado, onde persiste um forte componente de subsistência e de formas arcaicas de comercialização em um contexto econômico no qual o excedente constitui tão-somente um resíduo e não o objetivo último do processo produtivo.

A análise do destino da produção de arroz²⁵ a nível municipal fornece um conhecimento aproximado da profunda diferenciação espacial existente nos níveis de inserção da economia municipal no mercado em um estado onde o movimento de expansão/consolidação da fronteira agrícola cria, por vezes, uma segmentação espacial marcante no que diz respeito às condições econômicas dominantes.

A tabela a seguir fornece um quadro ilustrativo de tal diferenciação, evidenciando o papel da cooperativa na condução do processo de expansão da principal lavoura co-

DESTINO DA PRODUÇÃO RIZÍCOLA DE ALGUNS MUNICÍPIOS DO TOCANTINS 1985

MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO DE ARROZ (t)	PERCENTUAL DA PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO, INDÚSTRIA RURAL E VENDA DIRETA AO CONSUMIDOR	PERCENTUAL DA PRODUÇÃO ENTREGUE À COOPERATIVA
Formoso do Araguaia.....	47 616	2,3	97,7
Peixe.....	26 750	5,8	94,2
Porto Nacional.....	21 627	7,2	92,8
Araguacema.....	21 192	3,2	96,7
Gurupi.....	20 303	3,5	96,5
Alvorada.....	18 139	7,5	92,4
Novo Acordo.....	1 603	65,7	34,0
Ponte Alta do Tocantins.....	1 449	90,5	9,2
Conceição do Tocantins.....	1 358	57,1	42,8
Ponte Alta do Bom Jesus.....	1 346	47,5	52,3
Pindorama do Tocantins.....	1 023	39,6	60,2
Lizarda.....	806	81,9	17,8

FONTE - IBGE - Censo Agropecuário, 1985.

NOTA - A escolha dos municípios recaiu entre os de maior e menor volume de produção de arroz no estado, listados em ordem decrescente.

²⁵ Optou-se por esse cereal, uma vez que seu cultivo constitui a atividade agrícola tradicional e mais difundida do território tocaninense.

mercial no Tocantins, enquanto a subsistência, o beneficiamento tradicional e a venda direta absorvem o pequeno volume de produção de arroz dos municípios mais distantes do eixo da Belém-Brasília.

Cabe lembrar que a cooperativa operante na comercialização do arroz no centro-sul do Tocantins funciona, via de regra, dentro de uma concepção de sociedade entre médios e grandes capitais, diferentemente do movimento associativista de pequenos produtores que reúne a produção rizícola em algumas áreas a norte e oeste do estado.

A questão da diferenciação municipal remete à compreensão da própria estrutura espacial do Tocantins, entendida atualmente dentro de um território politicamente determinado.

Expressando o processo mais amplo de redefinição e consolidação dessa fronteira de recursos pioneira do País, a configuração espacial do novo estado será resgatada não somente pela utilização produtiva de espaço agrário, mas também pela crescente indução urbana desse processo.

A CRESCENTE INDUÇÃO URBANA DE UM TERRITÓRIO EM CONSOLIDAÇÃO

Se o crescimento da infra-estrutura de apoio à agricultura constitui uma vertente moderna de diversificação do setor serviços nos centros urbanos do estado do Tocantins, o processo de expropriação do homem do campo associado às modalidades recentes de expansão da pecuária estão na base da intensificação do ritmo de mobilidade da população rural, constituindo a face igualmente moderna da aceleração de formas urbanas no estado.

O reconhecimento do fenômeno urbano a partir das mudanças ocorridas no campo é o elemento fundamental da compreensão do aumento do número de pequenos aglomerados de menos de 5 000 habitantes, verificado atualmente, sucedendo a fase de surgimento, à margem da Belém-Brasília, dos centros pioneiros cujo crescimento também se deveu a essa posição estratégica.

Nesse sentido, a concentração da força de trabalho móvel em pequenos aglomera-

dos constitui uma manifestação da pulverização do urbano, expressando, ao mesmo tempo, a recente articulação do espaço rural com as formas urbanas e a evidência indistigável da pobreza oriunda do campo.

O núcleo urbano passa, assim, a ser entendido como o local de concentração e redistribuição da força de trabalho cuja circulação é feita através da rede formada por esses núcleos. Eles servem de residência e de local de trabalho alternativo à mão-de-obra excedente das áreas rurais e, também, de local de residência a produtores rurais - pequenos proprietários e posseiros que buscam, no urbano, os equipamentos de consumo individual e coletivo que ele deve oferecer.

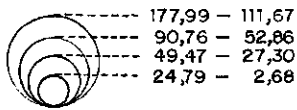
A multiplicação e o crescimento das cidades, parte do processo de transformações recentes ocorrido no estado, constituem o reflexo de uma política de ocupação do solo amazônico, no bojo da qual várias medidas governamentais para a integração do território refletiram-se no direcionamento de fluxos migratórios para os centros urbanos. Neste sentido, servindo os núcleos urbanos do Tocantins de lugar à vinculação da força de trabalho e de capital, o surgimento, a regressão, o desaparecimento e a estagnação de tais núcleos ficam condicionados aos direcionamentos das políticas governamentais.

Como reflexo desse processo recente de mudança, o estado contava, em 1980, com 39,7% de seus habitantes em áreas urbanas, situação que contrasta com a de 1970, quando essas áreas concentravam 25,0% do total populacional do Tocantins. A população rural, em 1980, constituía 60,3% do total estadual, enquanto, em 1970, chegava a absorver 75,0% da população total, o que evidencia o processo de redução significativa da concentração da população no campo.

As mudanças que envolveram o rural e o urbano ficam também evidenciadas no tamanho populacional e na variação relativa (Mapa 14) ocorrida. A população urbana do estado passou de 129 587 a 293 442 habitantes, de 1970 a 1980, indicando uma variação relativa de 126,4%, enquanto, no mesmo decênio, a variação referente à população rural não chegou a alcançar 14,0%. Esses números vêm comprovar que o processo de urbanização, que ocorreu nesse período, reflete, de algum modo, a articulação entre as transformações operadas na estrutura produtiva e as novas formas espaciais.

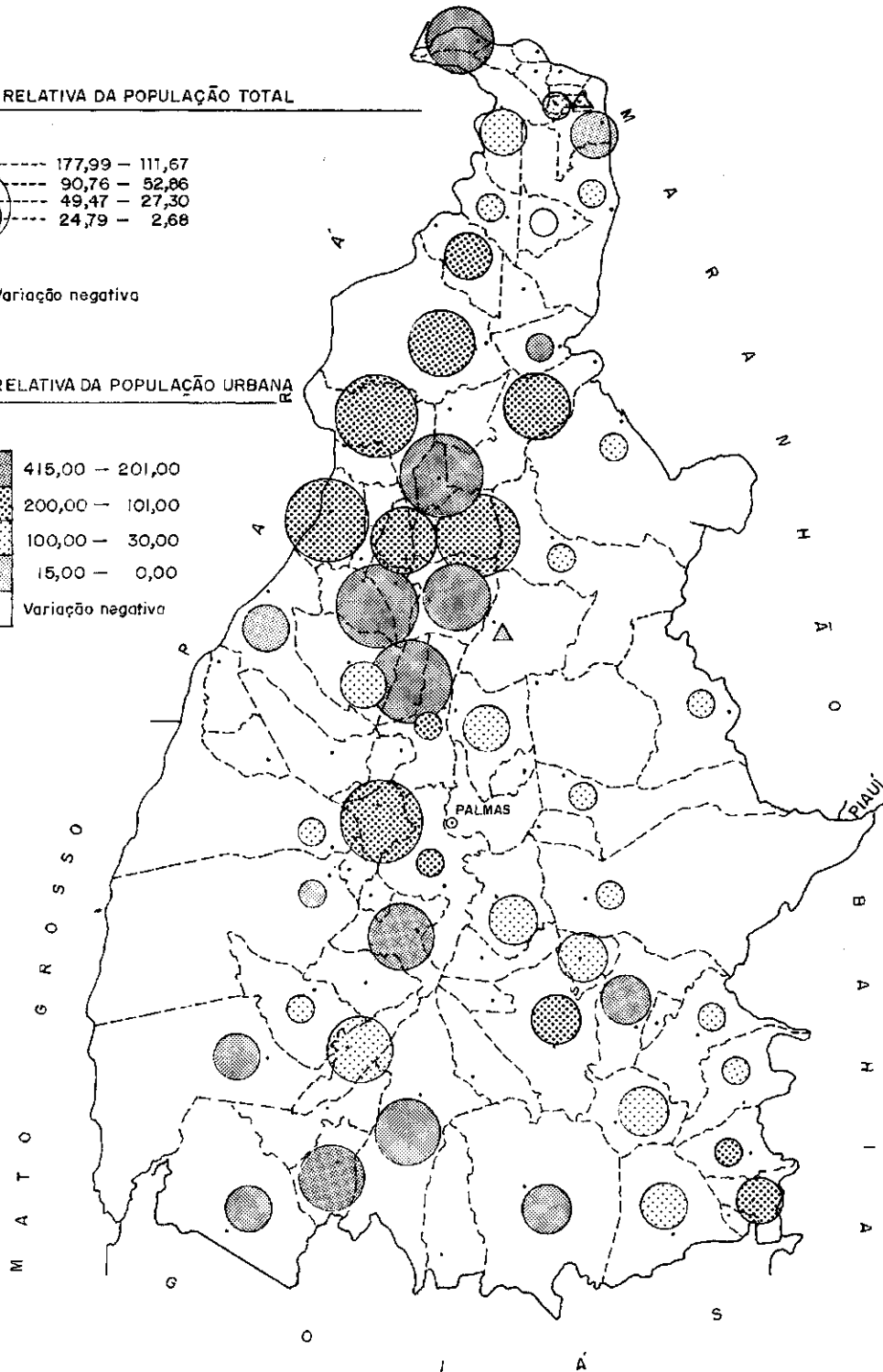
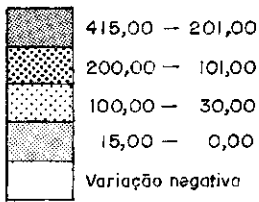
MAPA 14
CRESCIMENTO RELATIVO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA
1970-1980

VARIAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO TOTAL



△ Variação negativa

VARIAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO URBANA



ESCALA APROXIMADA 1:5.000.000

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS, 1970 e 1980

Resalte-se que, no contexto nacional, o processo de ocupação do estado é recente e desenvolveu-se, basicamente, ao longo do eixo da rodovia Belém-Brasília, resultando numa distribuição espacial desigual de um contingente populacional pouco expressivo. A atividade econômica predominante sendo a pecuária, pouco demandante de mão-de-obra, tem como resultante demográfica a baixa densidade populacional média, que era de 2,6 hab./km², em 1980. Ao longo da BR-153 e na margem direita do rio Tocantins encontram-se, contudo, densidades demográficas mais elevadas correspondentes aos centros urbanos e ao seu entorno, refletindo um processo de urbanização emergente (Mapa 15).

Enquanto a maioria dos municípios do Estado do Tocantins apresentou, na década de 70, taxas de variação relativa de população total muito diferenciadas, aquelas taxas correspondentes à população urbana registraram, em geral, crescimentos acentuados. Comprovando o referido processo de urbanização pelo qual passa o espaço correspondente ao atual estado, situam-se as variações negativas da população rural em grande número de municípios (Mapa 16). Uma característica marcante desse espaço em consolidação é justamente a dinâmica populacional diferenciada entre municípios e entre segmentos rurais e urbanos intramunicipais.

No que respeita à magnitude absoluta da população urbana, Araguaína era, em 1980, a sede municipal que detinha o maior contingente de habitantes urbanos (48 024), correspondendo a 16,4% da população urbana estadual e a uma variação relativa de 175,4% na década de 70. Seguem-se Gurupi (30 924 habitantes urbanos) e Porto Nacional (20 718) que representam, respectivamente, 10,5% e 7,1% da população urbana total do estado; estas duas cidades, no período 1970-80, apresentaram expressivas variações relativas de população: 98,1% e 117,9%, respectivamente. Paraíso do Tocantins e Colinas do Tocantins, com população urbana em torno de 15 000 habitantes, alcançaram taxas muito elevadas de variação relativa de população, embora constituam, ambas, 10% da população urbana estadual.

Resgatando observação anterior de que o urbano encontra-se muito fragmentado no espaço estadual em estudo, chama-se atenção para o fato de que 21,2% dos municípios apresentam população urbana entre 10 000 e 5 000 habitantes, enquanto 70,0%

das unidades municipais têm população urbana abaixo do patamar de 5 000 habitantes. Os centros urbanos com menos de 10 000 habitantes concentravam, em 1980, 56,1% da população urbana total do Estado do Tocantins.

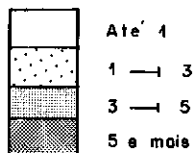
É oportuno ressaltar que embora tenham se registrado elevadas taxas de variação relativa da população urbana, o crescimento absoluto dessa população foi pouco expressivo, uma vez que, refletindo as condições gerais de fraco dinamismo desse segmento da fronteira, a incidência do crescimento se deu sobre a grande maioria - cerca de 70,0% - dos municípios tocantinenses que, à época, apresentavam população urbana inferior a 5 000 habitantes. Assim, embora municípios como Paranã, Alvorada, São Sebastião do Tocantins, Araguaçu e Formoso do Araguaia tenham registrado, na década de 70, variações relativas de população urbana entre 350,0 e 375,0%, o crescimento absoluto da população urbana não passou de 17 103 habitantes nesse conjunto de municípios.

As características mais recentes do processo de consolidação da ocupação do estado conduziram a uma dinâmica populacional diferenciada, entre outros, pelo contingente de migrantes na população municipal (Mapa 17). Tal dinâmica engloba áreas de crescimento e de esvaziamento rural, áreas de forte crescimento urbano e áreas de multiplicação de incipientes formas urbanas; conduziram, também, a uma redefinição do conteúdo do urbano em decorrência das alterações de sua articulação com a base produtiva.

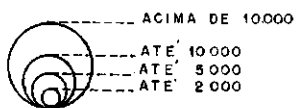
As alterações na base técnico-produtiva no campo, com a incorporação de elementos modernos, e, ao mesmo tempo, o avanço e a consolidação da pecuária como atividade econômica fundamental, tiveram efeitos diretos que se traduziram em fraca demanda de mão-de-obra temporária, esta mais ajustada ao novo padrão produtivo. Tal dinâmica teve reflexos na formação de fluxos migratórios com destino urbano, com o conseqüente inchamento das cidades e o marcado crescimento de suas periferias. Na medida em que são reduzidas as possibilidades concretas de oferta de emprego e de equipamento de consumo individual e coletivo para os contingentes que afluem para os centros urbanos, registra-se um forte descompasso entre os ritmos de crescimento populacional das cidades e a ampliação dos serviços por elas oferecidos. É nesse contexto que os aglomerados urbanos do estado apresentam

MAPA 15 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO 1980

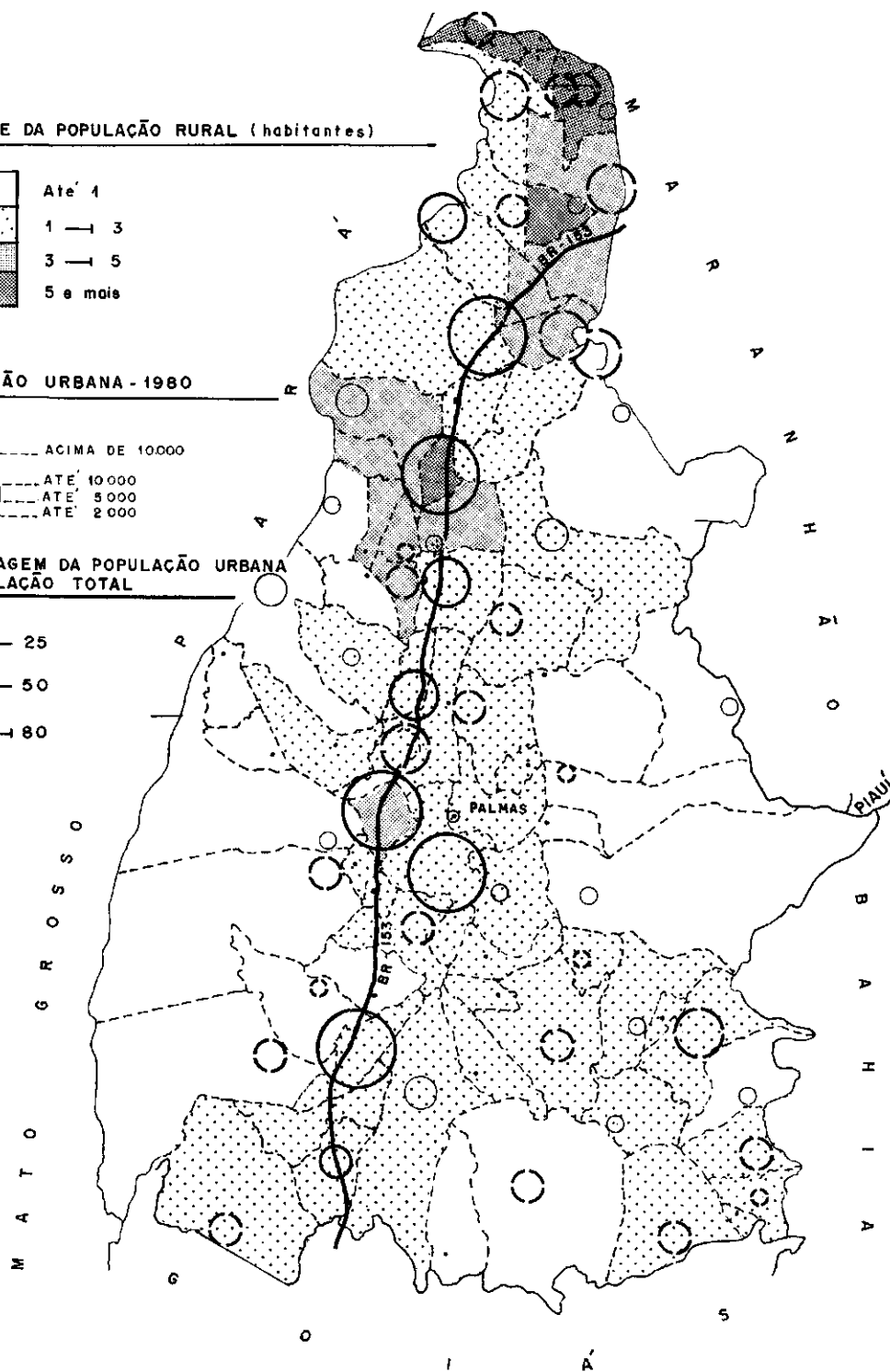
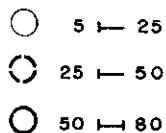
DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL (habitantes)



POPULAÇÃO URBANA - 1980



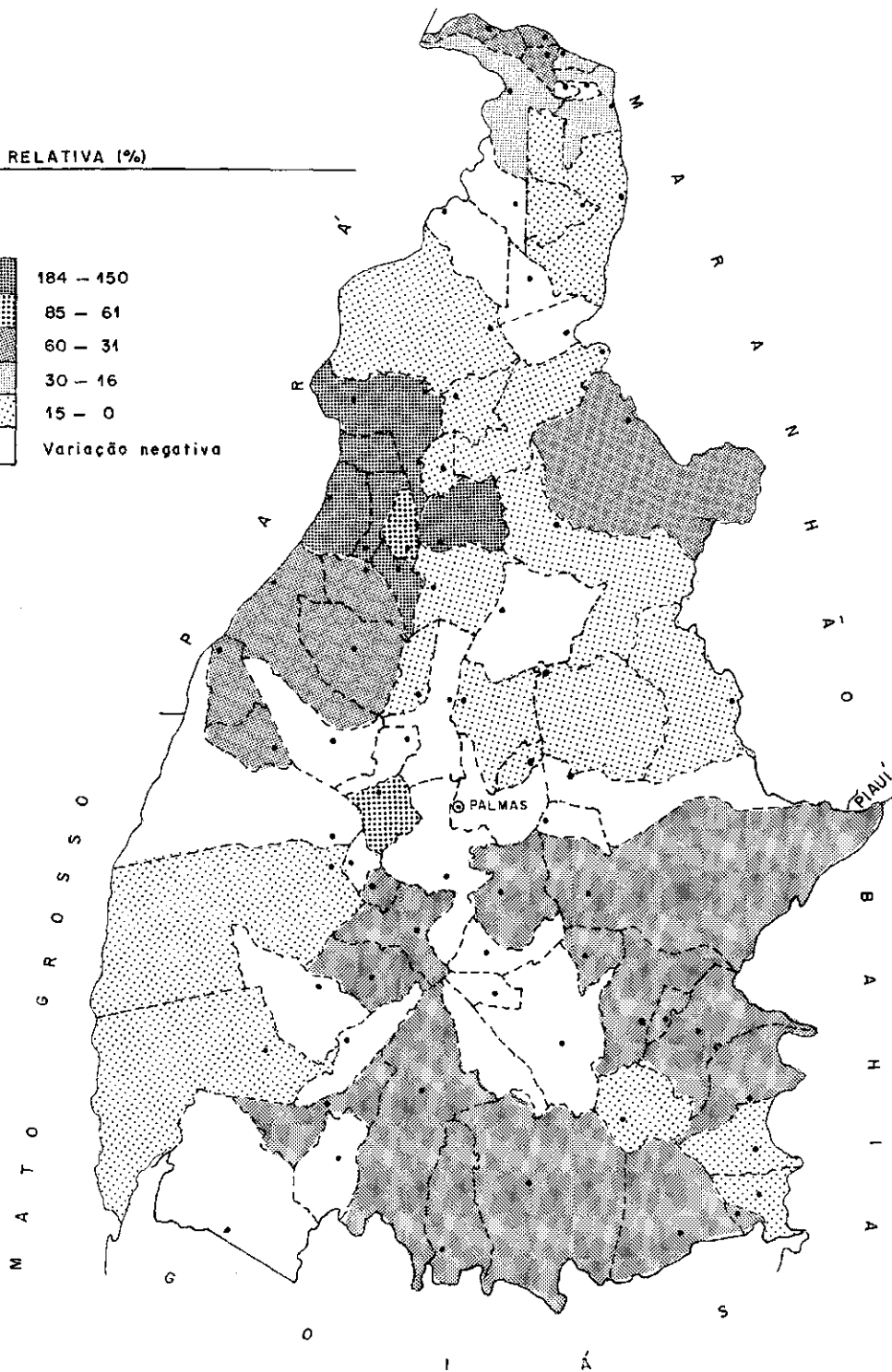
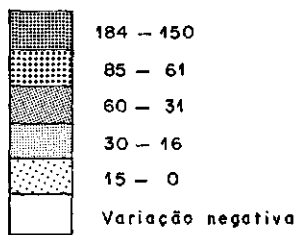
PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO URBANA NA POPULAÇÃO TOTAL



ESCALA APROXIMADA 1:5000000
FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO, 1980.

MAPA 16
 VARIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL
 1970-1980

VARIÇÃO RELATIVA (%)

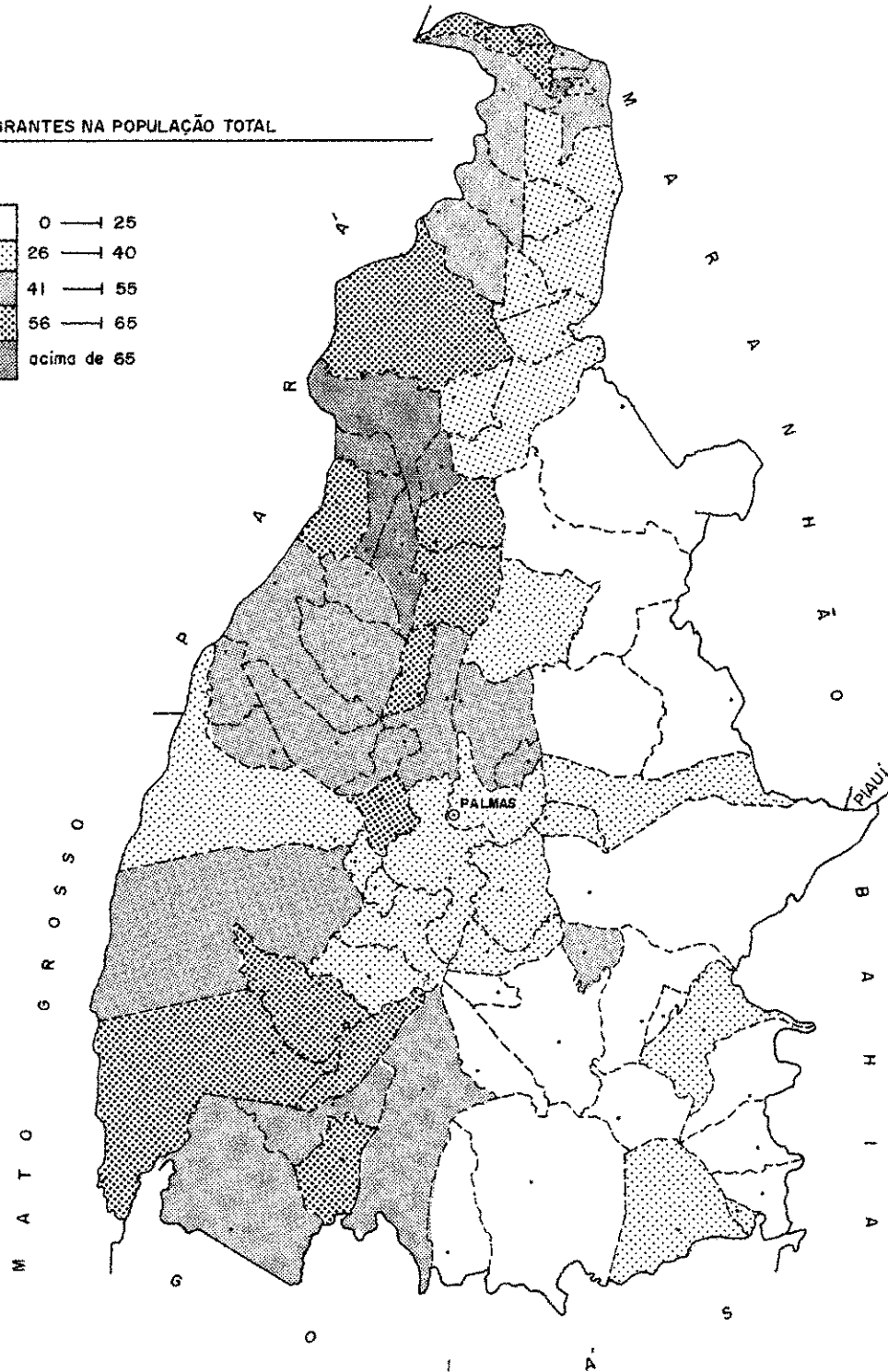
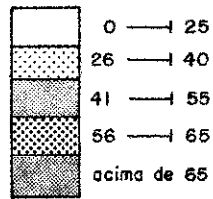


ESCALA APROXIMADA 1:5.000.000

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS, 1970 e 1980

MAPA 17 TAXA DE MIGRAÇÃO 1980

% DE MIGRANTES NA POPULAÇÃO TOTAL



graves problemas entre os quais o do elevado índice de desemprego, o da escassez de moradia e o da infra-estrutura deficiente.

Da redefinição do conteúdo urbano antes referida e dos novos nexos que se estabelecem entre o urbano e o rural fazem parte elementos que contrastam com momentos anteriores, quando tal conteúdo e tais nexos eram necessariamente distintos. Se antes o urbano era residência de fazendeiros e era o *locus* de referência para a circulação da produção, atualmente passa a ser o espaço privilegiado da viabilização das próprias características do processo de produzir, ao mesmo tempo em que passa a ser a residência de trabalhadores rurais e referência também, neste caso, para a circulação da mão-de-obra. Por outro lado, é no urbano que se cristaliza o embate entre as forças antagônicas que estão presentes na disputa pela terra. Nesse processo de recolocação do conteúdo do urbano e do estabelecimento de novas articulações entre o urbano e o rural num espaço estadual recente que se consolida e se rearranja, um dos traços marcantes é, justamente, a organização/reorganização do espaço, implicando a formação de um novo contorno urbano regional num estado igualmente novo.

A Formação de um Contorno Urbano-regional

Numa perspectiva de formalização do urbano a partir das suas inter-relações com o rural, pode-se afirmar que a economia rural modela e direciona os processos econômicos e financeiros existentes principalmente nos pequenos e médios centros que têm papel preponderante no ordenamento do território, uma vez que, embora pouco articulados enquanto rede urbana, participam do processo de desenvolvimento, na forma pela qual ocorre na região.

Por outro lado, ainda que a capitalização do campo ocorra segundo padrões inconstantes, a capitalização de natureza urbana no Tocantins segue padrões mais constantes associados ao aumento das taxas de urbanização e de migração sem a contrapartida do necessário crescimento da atividade urbana capazes de absorver a mão-de-obra concentrada nas cidades. Observa-se que, em geral, a mudança de domicílio dos trabalhadores não corresponde à mudança do vínculo de trabalho que permanece rural, ao mesmo tempo em que se reforça o setor informal urbano.

Deve, no entanto, ser ressaltado que, para o novo padrão produtivo instalado no estado, os núcleos urbanos, mesmo os de menor tamanho, têm papel fundamental enquanto pontos de apoio à viabilização da realização da produção. Não tanto a origem desses núcleos, mas, em particular, a sua evolução guarda necessária relação com os fluxos rurais-urbanos associados a esse novo padrão. O contingente populacional rural que se desloca tem, nas pequenas cidades, uma primeira etapa, em vista não só das grandes distâncias entre os centros urbanos mais importantes do estado como, também, da diversidade das realidades subregionais quanto ao grau de densificação e articulação da rede urbana que, no caso do Estado do Tocantins, apresenta-se, ainda, rarefeita e em estruturação.

Indicando um movimento, ainda precário, de articulação interna do espaço tocantinense, as cidades de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional destacam-se na rede urbana estadual na medida em que o crescimento funcional de tais centros vem reforçar sua liderança na ocupação econômica desse território.

A crescente especialização do espaço agrário, inerente à intensificação do processo de produção, aumenta a identidade dessas cidades com seu entorno sobre o qual estreita suas relações, esboçando uma configuração espacial do estado já agora a partir de forças geradas também em seu interior e que tendem a se reforçar com a emancipação política deste território.

Nesse contexto, destaca-se Araguaína, que assume crescentemente o controle da vida de relações do norte do estado, enfraquecendo os vínculos, anteriormente dominantes, desta área com a cidade maranhense de Imperatriz.

A consolidação da pecuária nessa região e seu encaminhamento para um sistema capitalizado semi-extensivo promovem grande parte do movimento econômico desse centro, sustentando a diversificação de bens e serviços por ele atualmente oferecida.

Exteriorizando a apropriação capitalista do espaço, a expansão da pecuária foi também responsável, já no fim da década de 60, pelo aparecimento de pequenos núcleos urbanos ao norte de Araguaína, como Ananás, Axixá do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins. Tais centros recebem a população rural expulsa do campo ou mesmo, numa situação de transição, quando a ativida-

de agrícola precede a abertura do pasto, servem de residência ao trabalhador assalariado da lavoura ou àquele empregado na roçagem do pasto.

A política de incentivos fiscais, implantada nesse período, estimulou a vinda de empresários agrícolas para a região, o que acelerou o processo de transformação da população rural e dos novos imigrantes de baixa renda em mão-de-obra assalariada, cujo local de residência passou a ser a cidade que, não preparada para este afluxo demográfico, apresenta, claramente, os reflexos desse "inchamento", na carência generalizada de infra-estrutura.

É na sede do Município de Araguaína que estão concentradas as funções urbanas, isto é, quase todas as atividades comerciais, administrativas e financeiras e os serviços sociais existentes na área. Assim, Araguaína exerce um forte processo de polarização sobre sua área de influência, em função de sua expressão econômica e demográfica, *vis-à-vis* a situação de miséria das demais vilas e cidades, muitas das quais sem, ao menos, funções urbanas definidas.

Seja pelos equipamentos públicos de âmbito regional, seja por sediar investimentos privados estruturadores de uma rede de serviços, a Araguaína se reportam os diferentes setores de atividades da região e à sua polarização estão ligados diretamente os municípios de Arapoema, Babaçulândia, Colinas do Tocantins, Filadélfia, Goiatins, Itaporã do Tocantins, Presidente Kennedy, Xambioá, Pedro Afonso, Guaraí e Itacajá. Indiretamente, contudo, esta área amplia-se pela intermediação de centros secundários que mediatizam sua influência sobre subespaços mais distantes.

Sediando órgãos oficiais, como o INCRA, e privados, como a UDR, além de instâncias religiosas envolvidas em questões de disputa pela posse da terra no extremo norte do estado - Bico do Papagaio -, Araguaína catalisa, também, um forte componente ideológico de identificação com as forças antagonicas aí presentes, que acabam por se manifestar no ambiente urbano. A crescente periferização da cidade é, contudo, a expressão espacial por excelência das transformações ocorridas no campo.

Na tentativa de minimizar os problemas advindos com a expansão desordenada da cidade e de direcionar os investimentos públicos a ela destinados, está sendo elaborado o Plano-Diretor de Araguaína.

A eliminação, pela política industrial em vigor, do projeto de implantação das Zonas de Processamento Industrial recoloca Araguaína dentro de um contexto de competição locacional para investimentos privados em áreas de fronteira. Nesse sentido, o poder estadual oferece facilidades, notadamente de ordem fiscal, visando a compensar a precária infra-estrutura energética e viária disponível e incentivar a consolidação do que seria o núcleo inicial de um segmento da cadeia agroindustrial, formado por um frigorífico, já existente, e pelo laticínio e indústria de couro, visando a aproveitar a matéria-prima abundante na área, derivada da atividade pecuária.

Ainda dependente de Araguaína, embora com a possibilidade de dividir algumas funções urbanas com ela, Colinas do Tocantins, localizada mais ao sul, no eixo da BR-153, é o núcleo de maior porte e dinamismo próximo àquela cidade. Além da localização estratégica, seu fortalecimento deve-se em parte à concentração de bens, equipamentos e serviços que oferece à população assim como à grande distância que mantém dos demais centros de expressão semelhante no contexto estadual.

Para o norte de Araguaína, e já sob influência, também, de Imperatriz, e ainda no eixo da Belém-Brasília, o pequeno núcleo de Tocantinópolis encaminha alguns serviços de caráter assistencialista à área de grande carência de recursos do Bico do Papagaio, além da mediação de sua diocese junto ao movimento social pela posse da terra nessa região. A extração, o comércio e o beneficiamento do babaçu conferem uma especificidade à área próxima a Tocantinópolis, apesar da longa decadência que vem atingindo o setor. O processamento do babaçu, altamente subsidiado por recursos públicos, encontra-se, hoje em dia, em acelerado sucateamento, com acentuados reflexos na evolução do urbano local.

Mais próxima das áreas de renovação e diversificação econômica de Goiás, a cidade de Gurupi tem a segunda maior população urbana do atual Estado do Tocantins, mantendo uma vinculação mais estreita e articulada com os pequenos núcleos urbanos do sul deste território, notadamente aqueles localizados no eixo rodoviário da BR-153.

Com efeito, a crescente especialização das áreas próximas a esse eixo com uma pecuária extensiva modernizada, juntamente com o crescimento da lavoura mecanizada, tem reforçado o papel de Gurupi enquan-

to centro de apoio à produção agropecuária. No Município de Gurupi estão concentrados a armazenagem, o beneficiamento e a comercialização de grãos, especialmente do arroz produzido na região, enquanto seu núcleo urbano sedia as instituições indutoras do processo de modernização no campo, como as da área financeira, de assistência técnica e demais agências reguladoras da produção agrícola em escala comercial.

A reprodução, por Gurupi, de um padrão de crescimento econômico semelhante àquela verificado em Anápolis, no sentido de evoluir de centro atacadista para um pólo agroindustrial, seria aqui uma tendência reforçada pela localização estratégica desta cidade tocantinense no interior do País, onde constitui passagem obrigatória no deslocamento norte-sul.

Apresentando reflexos imediatos sobre o seu crescimento urbano, Gurupi teve no decênio 1970-80 uma variação relativa de cerca de 99,0%. A taxa de urbanização do Município de Gurupi era, em 1970, de cerca de 64,0%, enquanto, em 1980, chegou a alcançar 80,0%; concentrando neste ano 11,0% da população urbana total do estado.

Com respeito à infra-estrutura urbana, Gurupi tem muitos problemas locais ligados aos mais variados setores: rede de esgoto, abastecimento de água, habitação. Com relação a este último item, cabe ressaltar que, aproximadamente em 1986, começaram a surgir favelas na periferia da cidade, demonstrando, assim, não apenas a carência neste setor, mas também refletindo o aumento considerável de pessoas que afluem para este centro urbano, sem que o mesmo esteja preparado para recebê-las.

Com relação ao setor terciário, e mais especificamente ao comércio, esta atividade responde por 70,0% da economia da cidade, já que este centro serve a todo o seu entorno.

Com efeito, situado numa área de carência de núcleos urbanos de porte, a Gurupi vinculam-se, em nível de prestação de bens e serviços à população, os Municípios de Alvorada, Cristalândia, Dueré e Formoso do Araguaia. Além desse subespaço, de dependência direta, sua influência estende-se até Miracema do Tocantins, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins no que se refere aos serviços de apoio à produção agropecuária, ressaltando aí o setor de estocagem.

Com um frágil apoio em termos de bens e serviços aos municípios vizinhos de Ara-

guaçu e Figueirópolis, integrantes de área recente de pecuarização extensiva, aparece Formoso do Araguaia, a oeste da Belém-Brasília. Esta cidade teve seu crescimento acelerado pelo Projeto Rio Formoso, responsável pela consolidação de uma infra-estrutura básica de apoio à população agrícola, reunindo, ademais, o capital fixo de maior peso no estado em termos de instalações, máquinas e equipamentos agrícolas, o que necessariamente força a demanda por bens e serviços voltados à sua manutenção.

A precariedade do sistema viário e da base física regional aliada à longa decadência da estrutura produtiva tradicional, erigida por uma atividade mineradora periférica às zonas mais ricas do interior do País, construíram o quadro urbano desarticulado da porção oriental do Tocantins. Nele identificam-se poucos centros com alguma expressão funcional sobre o espaço próximo marcados, via de regra, pelo empobrecimento econômico generalizado.

Porto Nacional, um dos mais antigos centros urbanos do estado, projeta-se nesse contexto principalmente pela ausência de outras cidades de porte semelhante fora do eixo da Belém-Brasília. Com efeito, sua localização no interior, isto é, a cerca de 60 km a leste desta rodovia, ampliou artificialmente sua área de influência, na medida em que deveria atender a demandas distantes que vão além de sua capacidade efetiva de resposta.

Ela atende tanto àqueles municípios inseridos em áreas economicamente estagnadas, como Almas, Cristalândia, Natividade, Novo Acordo, Pindorama do Tocantins, Pium e Ponte Alta do Tocantins, como àquelas áreas de ocupação mais recente onde sobressai a expansão da pecuária extensiva capitalizada, como Brejinho de Nazaré, Monte do Carmo e Paraíso do Tocantins.

Tendo sua localização às margens do rio Tocantins ligada ao domínio da comunicação fluvial anterior à abertura da Belém-Brasília, sua posição no contexto urbano regional foi reavaliada quando da transferência da circulação para essa rodovia que capturou os fluxos de bens e mercadorias para os núcleos urbanos aí localizados.

Atualmente instrumentalizada pela construção da ponte sobre o rio Tocantins, observa-se a inserção de Porto Nacional e dos municípios vizinhos em uma economia crescentemente mercantilizada, onde se destaca a introdução, por produtos sulistas, da la-

voura comercial do arroz e da soja articuladas, em sua maior parte, à expansão da pecuária.

A partir de 1989, em razão da proximidade, cerca de 60 km, do local escolhido para a construção de Palmas como capital estadual, a cidade de Porto Nacional vem servindo de ponto de apoio a esta instalação, ao controlar quase todos os fluxos que para lá se dirigem, o que vem acelerando ainda mais o processo migratório em direção a Porto Nacional, agora engrossado, também, por migrantes provenientes de outros estados. A gigantesca periferização desta cidade é um registro vivo de seu crescimento desordenado, redimensionado pela incorporação recente, da região próxima, a um novo padrão agrário.

No rastro da pecuarização consolidando a ocupação desse território próximo a Porto Nacional, destaca-se também o núcleo urbano de Paraíso do Tocantins, enquanto área de atração de migrantes rurais que pressionam crescentemente a marginalização urbana aí verificada. Este centro urbano reflete não apenas as atividades da área rural em seu entorno, mas também age como ponto de comercialização e escoamento das mercadorias produzidas nos municípios localizados entre a rodovia e o rio Araguaia; ao mesmo tempo em que serve de distribuidor de produtos industrializados para estes mesmos municípios, o que lhe permite apresentar um bom desempenho nas atividades comerciais e de serviço.

A ampliação funcional de Porto Nacional no sentido da consolidação de seu controle e liderança sobre o processo de mudança no campo e mesmo a construção da capital no centro geográfico do novo estado²⁶ sinalizam um movimento de superação da etapa do crescimento urbano induzido unilateralmente pela "espinha dorsal" da BR-153.

A ORGANIZAÇÃO REGIONAL E A CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO TOCANTINENSE

Expressão material de manifestações históricas, econômicas e ambientais²⁷, a organiza-

ção espacial do Tocantins reflete a inserção desse território na expansão da fronteira agrícola do País. Esta, reavaliada à luz do movimento de diferenciação - consolidação dos segmentos espaciais que a compõem submete-se hoje em dia, direta ou indiretamente, ao processo geral de modernização da agricultura brasileira indutor, em última instância, de tal movimento²⁸.

É dentro dessa visão que o eixo diferenciador do espaço tocantinense (Mapa 18) foi desdobrado entre o Domínio de Estruturas em Crescente Modernização e o Domínio de Estruturas Tradicionais, no interior dos quais identificam-se áreas que, longe de se contraporem, revelam as formas históricas de sua participação nesse processo dominante.

Com efeito, visto crescentemente como resultado da intensificação dos vínculos inter-setoriais, o processo de modernização projeta sua dinâmica sobre todo o espaço agrário brasileiro, aí incluídas, também, as áreas de fraca densidade econômica, como as do Domínio de Estruturas Tradicionais. Estas, tecnologicamente atrasadas, representam atualmente um potencial de expansão para um novo padrão agrário, notadamente aonde as condições pedológicas não constituem um entrave ao uso mais intensivo do solo.

Nelas, a incorporação à economia de mercado poderá ocorrer tanto a partir do interior do próprio estado como nas Áreas de Expansão Produtiva Recente, como a partir de espaços interestaduais contíguos, como o oeste baiano e o sudoeste do Maranhão e Piauí, em direção às Áreas de Acentuado Atraso Econômico no território tocantinense.

A possibilidade de expansão horizontal da fronteira, o amplo emprego da força humana e animal sobre a mecânica no trabalho agrícola e mesmo o baixíssimo valor de bens, investimentos e financiamentos alocados nessas áreas revelam, contudo, que sua estrutura produtiva permanece ainda pouco afetada por um padrão moderno.

De modo geral, coexistem situações distintas no que se refere à expectativa de transformação econômica imediata de tais áreas que acabam por diferenciá-las presentemente. As formas tradicionais de uso resistem muitas vezes a uma apropriação da terra que já é de caráter eminentemente especula-

²⁶ Quanto à escolha de Palmas como sede administrativa, cabe registrar aqui o que ela representou de novos interesses presentes no Tocantins, ligados às grandes construtoras e que, em um primeiro momento, impôs-se à pressão da população e das oligarquias tradicionais que reivindicam Araguaína, Gurupi e mesmo Porto Nacional como capital do novo estado.

²⁷ O termo ambiental é aqui empregado em seu sentido mais amplo, ao contemplar as inter-relações sociedade-natureza de forma globalizante.

²⁸ O Mapa 18 sobre a organização espacial do Tocantins (vide Encarte) foi estruturado a partir de alguns vetores básicos privilegiando a modernização agrícola, a expansão da fronteira, o uso do solo e comprometimento da cobertura vegetal, captados através de parâmetros quantitativos e qualitativos, além da utilização dos fluxos e funções dos centros urbanos.

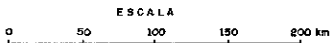
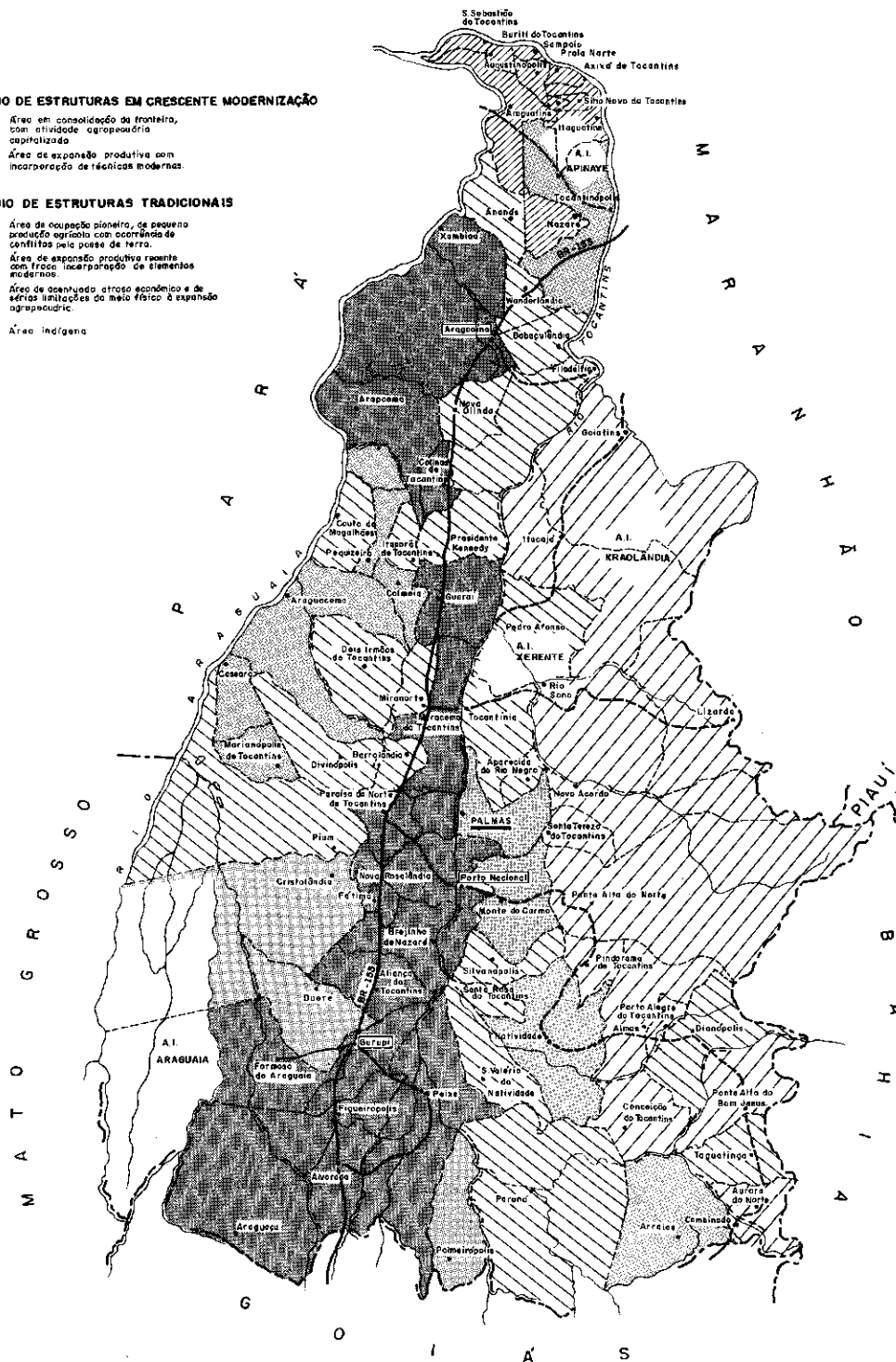
MAPA 18 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

DOMÍNIO DE ESTRUTURAS EM CRESCENTE MODERNIZAÇÃO

- Área em consolidação da fronteira, com atividade agropecuária capitalizada
- Área de expansão produtiva com incorporação de técnicas modernas

DOMÍNIO DE ESTRUTURAS TRADICIONAIS

- Área de ocupação pioneira, de pequena produção agrícola com ocorrência de conflitos pela posse de terra.
- Área de expansão produtiva recente com traço incorporação de elementos modernos.
- Área de ocupação atípica econômica e de sérias limitações do meio físico à expansão agropecuária.
- Área indígena



Fonte: IBGE/DEGEO, 1990

tivo, evidenciando o momento de redefinição pelo qual passa esse espaço.

Compartilhando de muitas das características do Domínio de Estruturas Tradicionais, o extremo norte do estado teve, contudo, uma ocupação anterior de seu território que marcou de modo peculiar sua estrutura fundiária e produtiva no contexto estadual.

Embora a pequena produção tenha se reproduzido aí dentro dos padrões "tradicionais" de acentuado atraso técnico, precária inserção no mercado e pobreza generalizada da população, as formas de encaminhamento da questão fundiária são marcadamente contemporâneas. De fato, os conflitos pela posse da terra intensificados nessa área pela forte presença do estado mediando de diferentes formas o grande capital em expansão acabaram por formar um quadro de contradições agudas de interesses que se enfrentam através de canais organizados pela sociedade atual, representativos das classes sociais em litígio.

Quanto ao Domínio de Estruturas em crescente Modernização, cabe ressaltar que nesse espaço se acumula o capital fixo - máquinas e instalações - de maior peso econômico do estado e se produz grande parte da riqueza gerada na região, constituída pelo rebanho bovino e pelo cultivo comercial de grãos.

É evidente a ocorrência desses elementos modernos ao longo do eixo da Belém-Brasília, onde a expansão da fronteira é um processo praticamente esgotado, ocorrendo atualmente por conta da ocupação produtiva de áreas no interior do estabelecimento rural, como nas Áreas em Consolidação da Fronteira. É nessas áreas, de modo geral, que se delinea um movimento de especialização da produção, com destaque para a região de Araguaína e municípios próximos, com a atividade pecuária e a área em torno de Gurupi concentrando além dessa atividade a lavoura de grãos. Em decorrência do uso mais intenso do solo, a devastação da vegetação original abrange grandes áreas tanto de cerrado como de matas preexistentes.

Por outro lado, a própria malha de cidades apresenta-se aí mais densa, o que se traduz em um espaço onde as relações e os

fluxos de pessoas, mercadorias e serviços ocorrem de forma regular e em crescente intensidade.

A transformação de antigos sistemas de produção pela introdução de elementos modernos na atividade rural é o traço fundamental que caracteriza as Áreas de Expansão Produtiva Recente. Tal transformação significa, por vezes, a desarticulação de atividades tradicionais, como a coleta do babaçu ao norte do estado, implicando o deslocamento de um contingente expressivo de pequenos produtores que tinham no extrativismo uma atividade complementar.

A ocorrência de verdadeiros "enclaves" modernos é também uma outra característica dessas áreas, nas quais os grandes projetos agropecuários localizados no Araguaia-Tocantins²⁹, quando não constituem mera reserva de valor, representam pontos avançados de mudança que se articulam, via de regra, com regiões distantes.

A condução da mudança técnica no campo apóia-se, contudo, não tanto nessa modernização espacialmente restrita (ou pontual), mas na entrada de médios e grandes produtores do Sul do País que, em extensões crescentes, desenvolvem atividades segundo o patamar tecnológico de suas áreas de procedência.

De modo geral, prevalece o sentido longitudinal de conformação do espaço tocantinense marcado naturalmente pelo curso das duas grandes bacias hidrográficas - Araguaia e Tocantins - e pelo traçado da Belém-Brasília³⁰, ao mesmo tempo em que nas décadas de 60 e 70 a política de ocupação e "desenvolvimento" da fronteira - PRODIAT, POLAMAZÔNIA e POLOCENTRO - contemplava a porção ocidental do Tocantins³¹.

Inserida no processo geral de transformação da agricultura brasileira, a consolidação do espaço tocantinense atrela-se ao próprio dinamismo desse processo e, particularmente, às especificidades regionais de seu dobramento no interior do País, aí incluída a própria capacidade de suporte de seus recursos naturais, ainda desconhecidos em grande parte.

Nesse sentido, esgotado o período da "modernização induzida", pautado na conces-

²⁹ Uma extensa sucessão desses grandes estabelecimentos localiza-se às margens do rio Javaés, um dos principais formadores da Ilha do Bananal, muitos dos quais beneficiados pela implantação de infra-estrutura básica, visando a apoiar a irrigação, nessas áreas inundáveis, a partir de projetos-piloto implantados em terras cedidas pelo Governo de Goiás, como o Rio Formoso.

³⁰ Em recente revisão feita pelo IBGE das meso e microrregiões homogêneas - atualmente Regiões Geográficas - fica evidente essa conformação espacial do estado.

³¹ A mobilidade da fronteira em direção à Bacia do Xingu e mesmo a proximidade de Carajás fortalece essa tendência à medida que a Belém-Brasília constitui o canal de escoamento da produção extrativa e agrícola proveniente do sudeste paraense, quando se destina ao mercado interno.

são, pelo estado, de incentivos fiscais e do crédito subsidiado, reafirma-se o papel das políticas setoriais, mais do que dos mecanismos correntes de política agrícola, na implementação desse processo em escala regional.

Além da consolidação de seu território, a posição estratégica do Tocantins como corredor de circulação do interior do País, distante dos grandes centros nacionais, ressalta o papel fundamental da ampliação da infraestrutura física³² na organização do espaço, viabilizando o crescimento da produção, a ampliação do mercado e da articulação do interior do próprio estado, assim como deste último como o Norte³³ e o Nordeste.

Por outro lado, a construção da capital do Tocantins é por si só um elemento fundamental na definição de uma identidade políti-

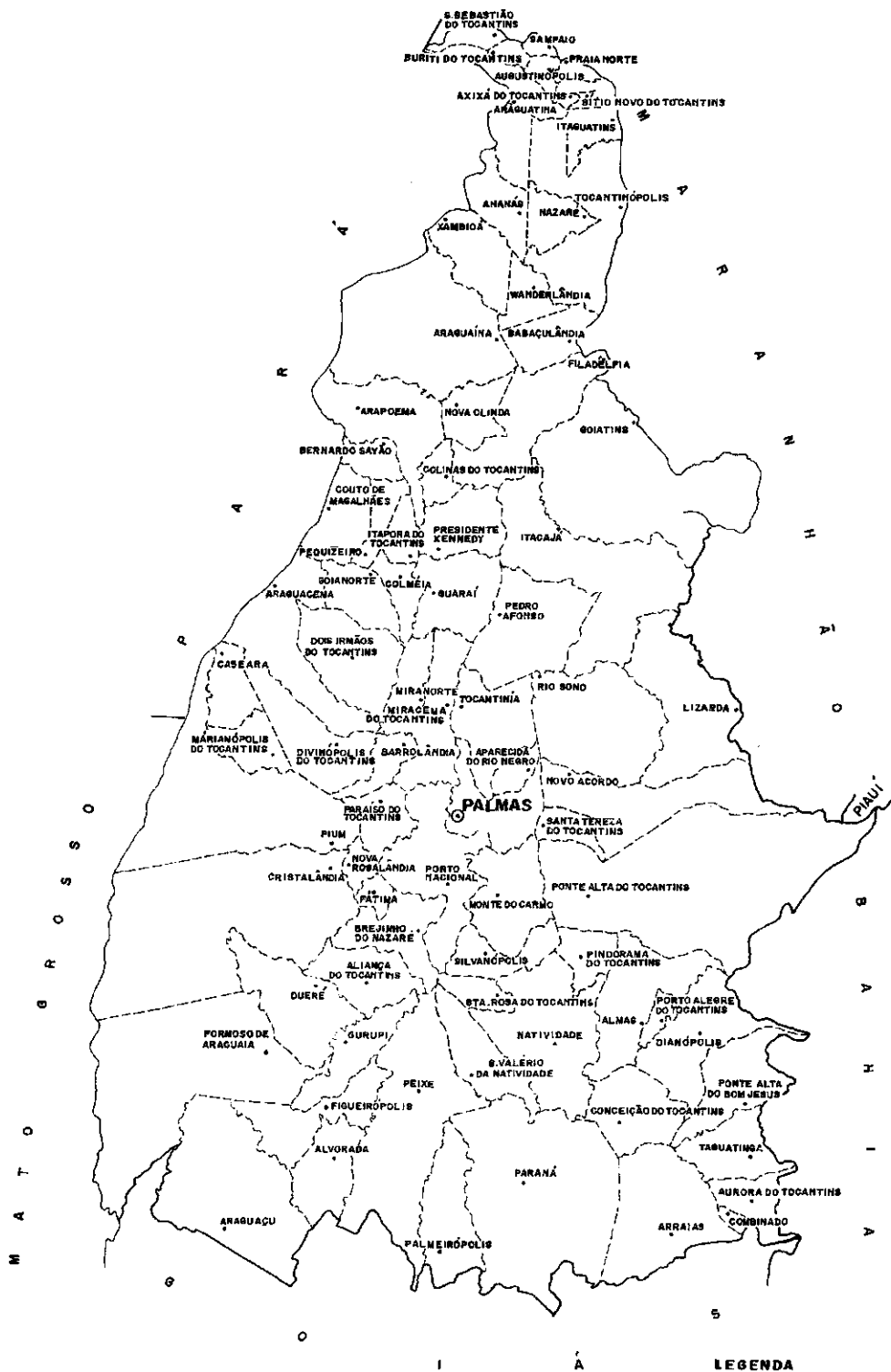
co-administrativa de seu território, com repercussões diretas nas relações intra e inter-regionais aí desenvolvidas. Construída no centro geográfico do estado, a nova capital desloca atualmente a circulação para fora do eixo da Belém-Brasília em direção a áreas de menor densidade econômica de sua hinterlândia, e é a partir dela, segundo a propaganda oficial, que se projeta o novo Eldorado.

A realidade de grande parte da população tocantinense contrasta, contudo, com tal expectativa, uma vez que o movimento de mercantilização do trabalho e de crescente intermediação dos meios de produção adquiridos entre o agricultor e sua terra, advindo com a modernização do campo, concorrem no sentido da redefinição e não propriamente da erradicação da miséria no interior do País.

³² Caso efetivada, a continuação da Ferrovia Norte-Sul, correndo paralelamente à Belém-Brasília, reafirmando o sentido longitudinal de crescimento do estado, servirá basicamente de corredor de exportação, identificando-se, a priori com o crescimento das atividades agropecuárias.

³³ A inserção do Tocantins, pela Constituição Federal, na Região Norte, longe de respaldar qualquer identidade e/ou relação mais intensa com esta macrorregião, deveu-se muito mais ao interesse político-financeiro por parte do governo do novo estado em participar de fundos e subsídios especiais administrativos para o Norte e Nordeste.

ANEXO ESTADO DO TOCANTINS Divisão Municipal - 1990



BIBLIOGRAFIA

- ANAIIS DO CONGRESSO NACIONAL. Legislação sobre a Criação do Estado do Tocantins. Brasília, 1987-88.
- ARAGÓN, LUIS E. Mobilidade Geográfica e Ocupacional do Norte de Goiás: um exemplo de migrações por sobrevivência. Cadernos NAEA. Belém: Universidade do Pará, nº 6: 89-105, 1981.
- BECKER, BONTA K. Política Regional e Mobilidade Populacional numa Fronteira de Recursos do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, 41 (4): 146-168, out./dez., 1979.
- _____. Fronteira e Urbanização Repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, 47(3/4): 357-371, jul./dez., 1985.
- _____. et al. Tecnologia e Gestão do Território. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988, 218 p.
- BRASIL. Ministério do Interior. Comissão Especial para Implantação do Estado do Tocantins. Perfil Econômico-Social. Brasília: MINTER, 1988, 164 p. (Versão Preliminar).
- _____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste. Organização Territorial e Funções Econômicas do Centro-Oeste. Brasília: MINTER, 1985.
- _____. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Cooperativismo em Goiás. Cooperativas Existentes no Estado do Tocantins. Goiânia, 1989 (mimeo).
- BULHÕES, Miguel Guimarães de. Aspectos da Situação Ambiental do Estado do Tocantins. *Cadernos de Geociências*. Rio de Janeiro: IBGE, DGC, nº 8:87-94, março, 1992.
- CENSOS DEMOGRÁFICOS, 1970 e 1980. Rio de Janeiro: IBGE.
- CENSOS AGROPECUÁRIOS, 1970, 1975, 1980, 1985. Rio de Janeiro: IBGE.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Padre Josimo: A Velha Violência da Nova República. CPT, 1986, 93 p.
- CONVÊNIO IPEA/INDUR. Estudo de Áreas Homogêneas e Áreas de Planejamento. Documento 07. Relatório Final - Subsídio e Recomendações para Estratégias de Intervenção Pública. Goiânia.
- FIGUEIREDO, Adma H. Alguns Questionamentos Acerca da Organização do Espaço na Nova Unidade da Federação: o Estado do Tocantins. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, 51(2): 173-177, abr./jun., 1989.
- GEOGRAFIA DO BRASIL. Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1989.
- GUIMARÃES, LUIZ P. INNOCENCIO, N. R.; BRITO, S. R. Organização Agrária e Marginalidade Rural na Médio Tocantins-Araguaia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 46(2): 227-361, abr./jun., 1984.
- IANNI, Octavio. *A Luta pela Terra*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Projetos de Assentamentos Criados - Estado do Tocantins. INCRA/Superintendência Regional de Goiás, 1989, (mimeo).
- _____. Projetos de Assentamentos em Fase de Criação. Estado do Tocantins. Superintendência Regional de Goiás, 1989 (mimeo).
- _____. Imóveis Desapropriados para Fins de Reforma Agrária. Estado do Tocantins. Superintendência Regional de Goiás, 1989 (mimeo).
- _____. Imóveis Selecionados para Desapropriação. Projeto Fundiário Araguaína, 1989 (mimeo).
- _____. Relatório Anual. Projeto Fundiário Gurupi, 1989 (mimeo).

- SANT'ANA, E. M. Características Físicas do Estado do Tocantins - Breve Notícia. *Cadernos de Geociências*. Rio de Janeiro: IBGE, DGC, nº 8: 113-117, 1991.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN). Dados Socioeconômicos sobre o Estado do Tocantins. Governo de Goiás. Goiânia, 1988, 42 p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO; IPEA; SUDENE. Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. A Política de Desenvolvimento Regional. Recife: SUDENE, 1984, 584 p.
- VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina V. A Rodovia Belém-Brasília. Série A, *Biblioteca Geográfica Brasileira*, 22. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.
- VELHO, Octávio G. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- _____. *Capitalismo Autoritário e Capesinato*. São Paulo: Difel, 1976, 246 p.
- _____. A Fronteira e o Pequeno Produtor. *Boletim Reforma Agrária*. Campinas: Palmeiras, p. 18-24, nov./dez., 1978.
- _____. Modos de Desenvolvimento Capitalista, Campesinato e Fronteira em Movimento. *Sociedade de Agricultura*. Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, p. 48-58.

RESUMO

A criação do Estado do Tocantins chamou atenção para a necessidade de um conhecimento renovado acerca de uma região que encontrava uma identidade política e como tal precisava ser reinterpretada à luz dessa nova realidade.

Baseada em viagem de reconhecimento realizada em abril de 1989, além de fonte bibliográfica e dados secundários, este estudo abordou os grandes eixos que encaminharam a ocupação do atual estado. Contemplaram-se, assim, o acesso e o uso da terra, o contingenciamento ambiental à expansão produtiva e a instrumentalização do território, ocorridos dentro de um contexto socioeconômico marcado pela pobreza de uma população crescentemente concentrada em núcleos urbanos.

A interpretação sintética de tais análises aparece diferenciada na divisão regional do Tocantins proposta ao final do trabalho, cujo entendimento passa pela contextualização mais ampla desse novo recorte político dentro daquelas áreas do território brasileiro em processo de consolidação de sua estrutura espacial.

ABSTRACT

The aim of this paper is to contribute for better understanding Tocantins State as a frontier space. For that the study is based on the comprehension of processes and forms related to its spatial organization. The analysis of settlement process, urban forms and productive activities leads to a regionalization of the geographical space. Environmental aspects are also taken into consideration to evaluate spatial occupation concerning to public policies.